

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**STÉFANO RAHMEIER MARQUETTO**

**UNITED FRUIT COMPANY: PODER E INFLUÊNCIA NA AMÉRICA LATINA**

**Porto Alegre**

**2010**

**STÉFANO RAHMEIER MARQUETTO**

**UNITED FRUIT COMPANY: PODER E INFLUÊNCIA NA AMÉRICA LATINA**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

**Porto Alegre**

**2010**

**STÉFANO RAHMEIER MARQUETTO**

**UNITED FRUIT COMPANY: PODER E INFLUÊNCIA NA AMÉRICA LATINA**

**BANCA EXAMIDORA**

Aprovado em Porto Alegre, 17 de dezembro de 2010.

---

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva – orientador

UFRGS

---

Prof. Dra. Jacqueline Angélica Hernández Haffner

UFRGS

---

Prof. Me. Rodrigo Perla Martins

FEEVALE

**Porto Alegre**

**2010**

### *Agradecimentos*

*Agradeço ao Professor Dr. André Luiz Reis da Silva pela sua atenção e por suas instruções. Também agradeço a todos os meus familiares pelo apoio e pela compreensão. Aos meus colegas e amigos, agradeço pelo companheirismo e auxílio nesta longa jornada que se conclui.*

*"The growing wealth acquired by them [corporations] never fails to be a source of abuses."*

Presidente James Madison

## RESUMO

Durante grande parte do século XX, a United Fruit Company foi, muito provavelmente, a mais poderosa empresa multinacional da América. Atuando na produção e exportação de bananas, a companhia conquistou uma posição de quase monopólio e expandiu-se pela América Latina com facilidade. Muitos governos de países subdesenvolvidos do continente viam no capital da UFC a possibilidade de crescimento e investimento que lhes faltava, e concediam diversos incentivos para que a empresa se instalasse em seus territórios. A United Fruit construía ferrovias e portos para o país ao chegar, mas acabava no controle de todo o processo de produção e exportação, fazendo com que em pouco tempo este ficasse dependente da companhia. A multinacional acabou adquirindo grande poder político, que a permitia rivalizar com os governos dos países onde atuava, além de ser muito influente no alto escalão da CIA e do governo dos Estados Unidos. Este trabalho analisa a trajetória da United Fruit Company em três países específicos: na Guatemala, na Colômbia e no Equador, com o objetivo de desvendar seus métodos e as fontes do poder político desta empresa, capaz de derrubar presidentes.

**Palavras-chave:** United Fruit Company, multinacional, monopólio, América Latina, Guatemala, golpe de 1954, República das Bananas.

## **ABSTRACT**

For much of the twentieth century, the United Fruit Company was probably the most powerful multinational corporation in America. Acting in the production and export of bananas, the company almost achieved a monopolistic position and expanded in Latin America with ease. Many governments of developing countries in the continent saw in the capital of the UFC the possibility of growth and investment that they lacked, and granted several incentives for the firm to settle in their territories. The United Fruit built railways and ports for the country when it arrived, but ended up in control of the entire production process and export, so it did not take long to that country become dependent on the company. The multinational eventually acquired great political power, rivaling the governments of the countries where it acted and being very influential in the high ranks of CIA and of the government of the USA. This study analyzes the history of United Fruit Company in three countries in specific: Guatemala, Colombia and Ecuador, with the objective of uncovering its methods and the sources of the political power of this company, capable of toppling presidents.

**Keywords:** United Fruit Company, multinational, monopoly, Latin America, Guatemala, 1954 coup, Banana Republic.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>08</b>
<b>1 A United Fruit na Guatemala</b>	<b>13</b>
1.1 A América no final do século XIX e o nascimento da United Fruit Company	13
1.2 A Guatemala sob o poder do capital estrangeiro	20
1.3 O Período Democrático	27
1.4 O Golpe de 1954	35
<b>2. A United Fruit Company na América do Sul</b>	<b>45</b>
2.1 A América do Sul e a Guerra dos Mil Dias	45
2.2 O massacre de Ciénaga e a retirada de Magdalena	52
2.3 Equador: A primeira derrota	60
2.4 O fim de <i>El Pulpo</i>	66
<b>Conclusão</b>	<b>70</b>
<b>Referências</b>	<b>75</b>



## INTRODUÇÃO

Houve um tempo em que empresas privadas controlavam territórios, possuíam exércitos e monopolizavam o comércio. Apesar de lucrativas e detentoras de grande capital, sua força provinha do apoio dado pelo governo de seu país de origem e do seu poderio bélico, capaz de subjugar e manter sob controle a região que exploravam. As multinacionais modernas, entretanto, expandem-se através do investimento externo direto, procurando aproveitar-se de benefícios fiscais e outras vantagens encontradas países estrangeiros. Existiu, porém, uma companhia capaz de desafiar governos e até mesmo derrubá-los, mesmo sem possuir tropas: a United Fruit Company, que construiu um império comercial a partir da exploração da banana.

O objetivo deste trabalho é compreender como esta grande empresa multinacional privada conseguiu impor suas vontades sobre os Estados latino-americanos durante o século XX, e quais os resultados desta agressiva interferência externa. Mais especificamente, de que forma e através de quais meios um determinado agente privado estrangeiro foi capaz de conduzir a política e a economia de vários países da América Latina.

O estudo tem como base as atividades da United Fruit Company na América Latina, em específico na Guatemala, Colômbia e Equador, e não tem a intenção de enquadrar as multinacionais em geral no mesmo perfil da UFC. Através de pesquisas sobre o relacionamento da companhia com os ditadores, elites políticas locais e com o governo norte-americano, e de uma análise da conjuntura internacional, montaremos o perfil da United Fruit e buscaremos determinar as fontes de seu poder político.

Até o século XX, não existia o que poderia-se considerar uma indústria de frutas. A demanda era suprida por produtores locais e distribuidores regionais; a relativamente rápida decomposição do produto impedia o transporte por longas distâncias. Quando os primeiros empreendedores descobriram a banana na América Central e perceberam seu potencial comercial, tiveram de elaborar novos métodos para transportar a fruta até o mercado norte-americano de modo que o produto fosse conservado até chegar ao destino. Cidades inteiras foram criadas próximas a trilhos de trem construídos pelas próprias companhias, que também desenvolveram novos sistemas de comunicação e construíram os primeiros navios com

câmaras refrigeradas (KOEPPPEL, 2007).

A United Fruit se destacou como a maior e mais poderosa companhia do ramo, sendo um dos maiores símbolos do imperialismo norte-americano na região. Ficou conhecida como *La Frutera* e também como *El Pulpo* (“O Polvo”), pois não havia o que não pudesse agarrar. A companhia se reestruturou na década de 1970, mudou seu nome para Chiquita Brands e, com a mudança da conjuntura internacional, perdeu sua força. Mas em seu auge, a UFC controlou a economia da América Central e de outros países da América do Sul, se aliando a regimes autoritários e se aproveitando da instabilidade política local e subdesenvolvimento regional. Neste contexto, a principal sede da United Fruit era a Guatemala, país governado por uma ditadura, onde uma minoria tinha posse da maior parte das terras.

A questão que esta pesquisa tenta responder é: a companhia conseguia expandir-se pelo continente e se fortalecer politicamente com recursos próprios, ou necessitava de apoio estatal? Para respondê-la, serão analisadas as atividades da United Fruit Company na Guatemala e em outros países da América Latina, buscando determinar quais as fontes do poder desta empresa, se é do seu capital, da sua influência política, do auxílio do governo dos EUA, ou uma combinação destes e outros fatores. Além disso, estudaremos os métodos da United Fruit para lidar com o governo e com outras organizações que poderiam conflitar com seus interesses.

A hipótese é de que a United Fruit Company não dependia do apoio do governo dos Estados Unidos para impor seus interesses tanto na economia quanto na política dos países onde atuava. Uma vez instalada, a empresa conseguia controlar os meios de produção, tornando o país dependente da atividade da companhia e assim incapaz de contrariá-la, e seu bom relacionamento com os regimes autoritários e oligarquias locais era suficiente para garantir a defesa de seus interesses.

O maior trunfo da companhia estava em seu capital, que era visto como uma grande oportunidade para os países subdesenvolvidos da região. Conforme Robert Gilpin, enquanto as multinacionais antigas exploravam e subjugavam povos nativos, as companhias modernas, em geral, são importantes fontes de capital e tecnologia requeridos para o desenvolvimento econômico dos países menos desenvolvidos (GILPIN, 2001, p. 279). Nesse aspecto, a United Fruit se mostrou uma intermediária entre as ditas companhias antigas e modernas; sua expansão foi conduzida pelo seu capital, que permitiu a construção de infra-estrutura em países que não tinham capacidade para fazê-lo, mas os benefícios dados em troca por esses

países não impediram a UFC de impor uma espécie de dominação sobre a população local. Iremos demonstrar que foram os próprios governos latino-americanos, por diferentes motivos, que criaram as brechas que permitiram que a United Fruit se tornasse tão poderosa dentro de seu próprio país.

No que tange ao comportamento em particular da multinacional, muitos economistas da corrente neoliberal se mostraram indiferentes em relação a sua importância na economia global, acreditando que o comportamento das multinacionais simplesmente segue a tendência do mercado (GILPIN, 2001, p. 279). Desta forma, a visão estado-cêntrica sobre o comportamento das multinacionais e a teoria “quasi-Marxista” (assim considerada por Gilpin) de Stephen Hymer parecem fornecer diretrizes mais apropriadas para a interpretação dos fatos que são o foco de nosso estudo.

Neste trabalho, levaremos em consideração principalmente as ideias de Stephen Hymer, citadas por Gilpin, e da corrente Neo-Marxista enquanto estudamos os objetivos e métodos da United Fruit Company durante suas atividades nos países latino-americanos. Acreditamos que ficará bastante claro a intenção da empresa em conquistar o monopólio dos meios produtivos e de tornar as economias mais fragilizadas dependentes de seu capital; além de mostrar como sua presença contribuiu para acentuar o subdesenvolvimento destes países em relação à potência ocidental, na medida em que a companhia explorava as terras e a mão-de-obra nativas.

Analisando o papel do Estado e da multinacional, esperamos assim compreender melhor a trajetória do desenvolvimento dos países latino-americanos. Apesar da grande riqueza em recursos naturais, a América Latina é, na verdade, uma “promessa que não se cumpriu”, pois não conseguiu manter um ritmo de crescimento que a tornasse desenvolvida como a Europa ou a América do Norte (GRAY, 2000). Isto levanta muitas perguntas, e um estudo sobre o tema pode partir de diversas abordagens, mas não se pode negar o importante papel de fatores externos na história do desenvolvimento dos países da região. Entre esses fatores, a política externa norte-americana e a penetração das corporações multinacionais certamente foram decisivas para determinar os rumos que tomariam as economias da América Latina, e nesse aspecto se destaca a United Fruit Company.

A United Fruit foi, provavelmente, a mais poderosa empresa a se instalar nos países subdesenvolvidos da América durante o começo do século XX, e ficou conhecida por transformar violentamente estes países para seu próprio benefício, oprimindo os

trabalhadores, explorando predatoriamente os recursos naturais e deixando praticamente nenhum benefício para as sociedades locais (BUCHELI, 2006a). De fato, tão grande era o envolvimento da companhia no desenvolvimento local que é impossível desassociá-los.

Como o esperado, o tema é objeto de um considerável número de estudos, focados na UFC sob as mais diversas perspectivas. Alguns estudos abordam o relacionamento da empresa com a política externa dos Estados Unidos, ou delimitam a abordagem para um país específico onde a companhia teve presença mais marcante, como Colômbia ou Guatemala, ou então procuram abranger toda a sua atividade no continente. Porém, apesar da relevância que obteve no meio acadêmico internacional, o tema despertou muito pouco interesse na academia brasileira.

É raro encontrar um trabalho nacional que seja dedicado a este assunto, o que é de certa forma compreensível. A United Fruit não faz parte da história do Brasil como faz nos outros países da América Latina ou dos Estados Unidos, e dificilmente poderia surgir outra empresa com uma política tão agressiva quanto esta, de forma que poderia-nos parecer uma realidade distante. Mas isto é um engano. É verdade que a dimensão e o poder alcançados pela UFC são um caso à parte (e por isso mesmo merecem um aprofundado estudo), mas isto não impede comparações com o comportamento de outras grandes multinacionais que penetraram no mercado brasileiro, mesmo que em menor escala. Aqui no Brasil também encontramos a penetração de controversas empresas do ramo da fruticultura, como a Del Monte e a Fyffes, que tem causado polêmica com suas atividades no nordeste brasileiro. Além disso, como já mencionado, a United Fruit se expandiu por um grande número de países da América, e mesmo que o Brasil não tenha sido um deles, se quisermos compreender a atual situação do nosso continente não podemos negligenciá-la.

Este trabalho está estruturado em três etapas principais. Primeiramente foi montado um perfil da United Fruit Company; com base nos artigos de Marcelo Bucheli e Alexander Gray (2000) e nas obras de Steve Striffler (2002), Dan Koeppel (2007) e Peter Chapman (2007), entre outros trabalhos, apresentamos a estrutura adquirida pela companhia e qual a sua estratégia de inserção no mercado da América Latina, e de que forma o cenário formado pela política externa norte-americana contribuiu para sua expansão.

Na segunda etapa, direcionamos a pesquisa para três países em específico. Analisamos as atividades da United Fruit na Colômbia, em que o livro de Marcelo Bucheli (2005) e seus artigos serviram como base principal; no Equador, em que o trabalho de Steve Striffler trouxe

maior contribuição; e também na Guatemala, fazendo uso de uma ampla bibliografia, mas principalmente das obras de Kinzer e Schlesinger (1982) e de Peter Chapman (2007). Na última etapa confrontamos os resultados de nossa pesquisa. Esperamos assim definir os fatores que permitiram à United Fruit ter tamanha liberdade e imposição nos países latino-americanos e quais os métodos por ela utilizados para garantir os seus interesses.

## **CAPÍTULO 1**

### **A UNITED FRUIT COMPANY NA GUATEMALA**

#### **1.1 A América no final do século XIX e o nascimento da United Fruit Company**

A segunda metade do século XIX correspondeu à consolidação dos Estados Nacionais no continente americano. O período foi marcado pela definição do território, reconstrução econômica e formação da burocracia, da legislação e do exército dos países da América Central, que haviam conquistado a independência recentemente e enfrentaram um difícil processo de reestruturação. A região também despertava o interesse das potências européias, como Inglaterra, França e Espanha, principalmente no período entre 1861 e 1865, no qual os Estados Unidos se mantiveram afastados da América Latina devido à guerra civil (MOREIRA et alii, 2010).

A América Central ainda seria zona de influência britânica até pouco antes do início do século XX, pois os EUA estariam dando prioridade para a sua própria reestruturação após a Guerra de Secessão. Neste período, a região pouco mais era do que uma simples via de tráfego para o comércio estadunidense com a Europa, sofrendo breves interferências dos norte-americanos com o intuito de manter a livre circulação de seus navios (MOREIRA et alii, 2010, p. 91). Seria somente na década de 1890, em um momento de reafirmação da Doutrina Monroe, que os Estados Unidos consolidariam seu domínio sobre a América Central, mas que seria marcado pela política do *Big Stick*, de Theodore Roosevelt, na virada do século.

Em 1901, Roosevelt assume a presidência dos Estados Unidos, com uma definição muito clara de sua postura na política externa: “jamais dar um passo em política estrangeira sem ter a certeza de poder fazer triunfar a minha vontade, mesmo pela força” (JULIEN, 1970, p. 94). Sob seu governo, os EUA invadiram Cuba, República Dominicana, Honduras e Nicarágua, os dois últimos mais de uma vez. Após dois mandatos, Roosevelt é sucedido por William Taft, que realizou a chamada “Diplomacia do Dólar”, que buscou consolidar a hegemonia estadunidense através do seu poder econômico, mas que não foi necessariamente pacífica: Panamá, Cuba e Honduras foram novamente invadidos por norte-americanos, e o

seriam outras vezes no futuro. O resultado desta política dentro dos países latino-americanos nos é explicado por Marcelo Bucheli:

O sufocante domínio norte-americano na região levou os políticos da América Central a seguir uma política de acomodação para com os Estados Unidos. As diferentes repúblicas competiam pela aprovação dos EUA ao reprimir a oposição de esquerda e impedir qualquer reforma social que pudesse ameaçar os privilégios das elites tradicionais, enquanto que ao mesmo tempo abriam suas portas ao investimento estadunidense. O modelo político de acomodação levou inevitavelmente à criação de regimes repressivos e a pobres condições econômicas para a maioria da população.<sup>1</sup> (BUCHELI, 2006b, p. 9).

É neste cenário de transformações que a mais imperialista multinacional irá surgir e se consolidar na América. A história da United Fruit Company tem início ainda no século XIX, através do trabalho de Minor Cooper Keith. Membro de uma rica família do Brooklyn, Minor nunca conseguiu ser muito bem-sucedido nos negócios; trabalhava em uma loja de departamentos a três dólares por semana, até que foi mandado por seu pai para cuidar de um rancho da família, onde também não mostrou ter muita sorte, pois desastres naturais davam grandes prejuízos. Foi então que recebeu o convite de seu irmão mais velho, Henry Keith, para acompanhá-lo à Costa Rica, onde conseguiria mais dinheiro em três anos do que na vida inteira no rancho.

Em 1871, a Costa Rica havia apenas deposto mais um presidente, em novo golpe militar, e colocado o General Tomás Guardia na presidência, quando o projeto se iniciou. O país tinha como principal atividade o plantio do café, e toda a produção precisava ser escoada pelo porto oeste do país, no litoral do Pacífico, e realizar uma longa e perigosa jornada marítima para chegar até o Atlântico. Então, a pedido da oligarquia cafeeira, que o havia colocado no poder, Gen. Guardia contratou o maior especialista da América Latina para construir uma ferrovia que cruzasse o país, da região montanhosa até o litoral do Atlântico, em quase 200 quilômetros de linha férrea. O nome do contratado era Henry Meiggs, que não pôde ir ao país, pois estava construindo uma ferrovia maior e mais difícil no Peru, e que por

---

<sup>1</sup> The overwhelming American dominance in the region led the Central American politicians to follow an accommodating policy towards the United States. The different republics competed for an American approval by repressing left-wing opposition or blocking any social reform that would threaten the privileges of the traditional upper classes, while at the same time opened their doors to American investment. This political model of accommodation inevitably led to the creation of repressive regimes and poor economic conditions for the majority of the population. (BUCHELI, 2006b, p 9).

isso enviou seus dois sobrinhos para lidarem com os negócios da família: Henry e Minor Keith (CHAPMAN, 2007).

A função de Minor era, basicamente, dar suporte aos trabalhadores. Ele era responsável pela loja da companhia, que vendia roupas, ferramentas e comida para os operários. Foi então que teve a idéia de plantar nos arredores alguns pés de banana, que havia adquirido no Panamá quando estava a caminho da Costa Rica, para depois vender as frutas na loja. A construção da ferrovia era perigosa; à medida que avançavam na mata, muitos sucumbiam à malária, entre eles o irmão mais velho, Henry Keith, após um ano de trabalho e apenas 5,5 quilômetros prontos. Outras empreiteiras apareceram para prosseguir com o projeto, e Minor continuou cuidando da loja e plantando bananas ao longo dos trilhos construídos, mas não vendia muitas delas, pois os próprios operários também estavam plantando as suas. Keith passou então a exportá-las: usando alguns barcos da companhia ferroviária, começou a levar as frutas junto com outras especiarias, como baunilha e tartaruga, até os mercados do norte, chegando aos Estados Unidos.

Segundo o relato de Peter Chapman (2007), no final da década de 1870 as empreiteiras abandonaram a construção, e o jovem Keith considerou retornar ao Brooklyn como o filho fracassado; não conseguiu administrar o rancho, nem a ferrovia, e sua criação de tartarugas havia sido destruída por uma tempestade. Mas a oportunidade surgiu novamente, pois o presidente Guardia ainda precisava de sua ferrovia, e sugeriu que Minor seguisse adiante com a construção. O americano aceitou a proposta, mas disse que precisaria de muitas terras onde pudesse plantar bananas e de lá tirar o dinheiro necessário para financiar a continuação das obras; Guardia deu-lhe um milhão de dólares e, logo depois, morreu, em 1882.

Sua morte deixou o país sem liderança, e Keith em uma vantajosa posição, pois estava em suas mãos a companhia mais importante para o desenvolvimento do país. O governo da Costa Rica, então, concedia a posse de enormes extensões de terras para ele, desde que a ferrovia continuasse progredindo; tantas terras que Keith mal podia aproveitá-las com suas vastas plantações. Ele ainda se casou com Cristina Castro Fernández, filha do influente Dr. José Maria Castro, que já havia sido presidente do país por duas vezes. Com isso, Minor recebeu até mesmo a responsabilidade sobre parte das finanças da Costa Rica, indo ele e sua esposa para Londres renegociar a dívida externa nacional.

A ferrovia ficou pronta com dezesseis anos de atraso, em 1890, e Minor Keith havia se tornado o homem mais poderoso da região. As bananas agora inundavam o mercado norte-



americano, que parecia nunca haver frutas o bastante para abastecê-lo. Em pouco tempo, a banana se tornou a fruta mais consumida nos Estados Unidos, ultrapassando de longe a maçã, que era produzida localmente (KOEPEL, 2008, p. xiii). Ao mesmo tempo, Keith se beneficiava com crises econômicas que ocorreriam no período e que resultavam em grande oferta de mão-de-obra muito barata.

Minor Keith passou a ser chamado por alguns de “o rei não-coroadado da América Central”. Era hora de se expandir, e o americano voltou seu olhar para a Colômbia, na região de Santa Marta, que já possuía uma infra-estrutura para a produção de bananas; os empresários locais já haviam construído até mesmo uma ferrovia, mas não tinham a capacidade de inserir-se no mercado internacional de forma competitiva, de forma que Keith facilmente absorveu a estrutura já pronta do bananal colombiano. Tomando também para si as terras de seus concorrentes, a expansão prosseguiu até o Panamá, e sua produção cresceu tanto que era mais do que suficiente para suprir a demanda do mercado do sul dos EUA, a região que abastecia. Neste momento, surgiu uma oportunidade para a Boston Fruit Company, outra detentora de imensas extensões de terra, mas que não conseguia produzir o bastante para toda a sua demanda no norte dos Estados Unidos. Keith então fez um acordo silencioso com a BFC, vendendo-lhe as bananas excedentes, e ambos se comprometeram a não invadir o mercado atendido pelo outro (CHAPMAN, 2007, p. 47). A Boston Fruit se tornou a segunda metade na construção da United Fruit Company.

A história da Boston Fruit começou com o capitão Lorenzo Dow Baker, outro personagem principal na fundação da United Fruit. Dono de seu próprio navio mercante, encontrou bananas pela primeira vez ao visitar a Jamaica em 1870, onde comprou alguns cachos da fruta pagando centavos cada um e depois vendeu nos Estados Unidos por dois dólares o cacho do fruto até então desconhecido. Este lucro fácil incentivou Baker a prosseguir comercializando bananas, até decidir abandonar outras mercadorias para se especializar apenas na fruta, mas antes precisava resolver um problema (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 66). Seu navio não conseguia chegar sempre ao destino a tempo, pois as variações climáticas e marítimas podiam atrasar a viagem de forma que as bananas chegavam já estragadas nos Estados Unidos, o que implicou na necessidade de um navio mais veloz.

Capitão Baker precisava de um investidor, e encontrou parceria em Boston, na figura do empresário Andrew Preston. Em 1871, eles já estavam levando carregamentos inteiros de bananas da Jamaica para os Estados Unidos (CHAPMAN, 2007, p. 38), e em 1885,

juntamente com mais nove investidores, eles formaram a Boston Fruit Company, capitalizada em 15 mil dólares. Lorenzo se estabeleceu no Caribe, onde acompanhava a produção não apenas na Jamaica como também em Cuba e Santo Domingo, onde a companhia também possuía plantações, enquanto Preston administrava as vendas e a distribuição a partir dos EUA. Novos barcos foram comprados, e o empreendimento se mostrava altamente lucrativo (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 66).

A crise de 1893 atingiu gravemente o patrimônio de Minor Keith, que se viu afundado em dívidas com banqueiros e sem capital para movimentar os negócios diários. Nesse momento, o governo costa-riquenho tomou uma atitude que pode ser considerada como emblemática, descrita na obra de Peter Chapman: “A Costa Rica interveio em favor de Keith, disponibilizando grande quantia de dinheiro dos cofres nacionais para que Keith pagasse seus banqueiros. Especialistas na Constituição costa-riquenha supuseram que isto era ilegal, mas ninguém realmente verificou e assim mais um passo foi tomado em direção à República das Bananas”<sup>2</sup> (CHAPMAN, 2007, p. 48). Mais tarde, compreenderemos que esta confusão entre interesses e bens do Estado e os interesses e bens de companhias estrangeiras foi bastante corriqueira. Mas mesmo com esta ajuda financeira, Keith ainda enfrentava dificuldades, pois seus empreendimentos demandavam muito capital e demoravam para dar retorno, de forma que ele estava constantemente fragilizado por dívidas. Naquela década, também, ocorria uma onda de fusões que Keith sabia que uma hora chegaria a atingi-lo, e então tomou a iniciativa de procurar a Boston Fruit de Preston e Baker e propor um acordo amigável.

No dia 30 de março de 1899 surgiu a United Fruit Company, com Andrew Preston como presidente e Minor Keith na vice-presidência. A nova empresa nasceu poderosa: controlava mais de 200 quilômetros de ferrovias na América Central e centenas de milhares de acres de terras férteis na região, mesmo que apenas cerca de sessenta mil destes realmente produzissem alguma coisa (LANDMEIER, 1997). A UFC iniciou então uma tática predatória para eliminar os concorrentes e assumir o monopólio da produção e comércio da fruta na América, começando por aqueles que haviam se aproveitado do infortúnio de Keith no início da década. Ela comprou as empresas de transporte marítimo e de importação que pôde, e tirou do mercado as outras. Algumas companhias reagiram e tentaram formar uma “resistência” anti-United Fruit, sem sucesso. Seus navios chegavam aos EUA e viam que a UFC jogava o

---

<sup>2</sup> “Costa Rica rallied on his (Keith) behalf, voting large sums of money from the national coffers for Keith to pay of his bankers. Experts on the Costa Rican constitution supposed this was illegal but no one really checked and so another step was taken in the direction of banana republicanism” (CHAPMAN, 2007, p. 48).

preço da banana para algo abaixo do custo, forçando os concorrentes a venderem com prejuízo. Quando os carregamentos terminavam de ser vendidos, a United Fruit voltava a elevar o preço. Ela podia destruir alguns de seus carregamentos para manter o preço elevado, ou simplesmente doar as frutas para impedir que outros comerciantes vendessem as suas. Com esses métodos, a companhia conseguiu alcançar entre 80% e 90% da fatia de mercado de bananas (CHAPMAN, 2007, p. 52).

Sem contar as embarcações que alugava ou terceirizava, a United Fruit possuía onze modernos barcos, que formavam a chamada *The Great White Fleet*, que somaria um total de 37 navios sob controle da empresa ao longo de 50 anos. Com esta frota praticamente monopolizando o transporte de mercadoria da indústria fruteira, os fruticultores independentes não tinham opção senão vender sua produção a preços irrisórios para a empresa de Keith e Preston, pelo simples fato de não haver mais para quem vender. Mesmo sem aproveitar todas as suas terras, a UFC prosseguiu expandindo-se, imaginando que precisava ter reservas para alguma eventualidade, sem contar que as terras que a ela pertencessem não poderiam ser utilizadas por concorrentes. Era muito fácil para a companhia estrangeira adquirir vastas extensões de terras nos países subdesenvolvidos da América Central, como explicam Kinzer e Schlesinger (1982, p. 67), “Naquele período, terras nos subdesenvolvidos países tropicais podiam ser compradas por quase nada, uma vez que os governantes locais não tinham utilidade para elas e ficariam felizes em receber qualquer coisa em troca”<sup>3</sup>. A UFC também fazia uso de métodos ilícitos para comprar terras do governo que eram destinadas para camponeses, sendo então de baixo custo, utilizando cidadãos locais para comprá-las e repassá-las para a companhia; ou então, fazia os produtores locais irem à falência para comprar suas terras (CHAPMAN, 2007, p. 53).

A teoria de Stephen Hymer, considerada por Gilpin como “Marxista ou quasi-Marxista”, parece se enquadrar de forma muito adequada ao padrão de comportamento que enxergamos na United Fruit. Para Hymer, o investimento externo direto exercido pelas multinacionais é parte de uma estratégia expansionista e motivada pelo desejo de controlar a produção e a estrutura de países estrangeiros. A empresa se torna uma multinacional, portanto, devido a sua busca pelo monopólio do mercado (objetivo que a United Fruit praticamente atingiu, em determinado momento). Em sua teoria, Stephen Hymer acredita

---

<sup>3</sup> “At that time, land in the undeveloped tropical lowlands could be had for almost nothing, since the local rulers had no other use for it and were happy to be paid anything for it” (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 67).

haver duas regras fundamentais que determinam o capitalismo de monopólio; a primeira refere-se ao crescimento das empresas, e a segunda ao desenvolvimento desigual entre os países.

Hymer explica que a medida em que as companhias aumentam de tamanho, elas se expandem tanto dentro da fronteira nacional quanto através dela, criando uma estrutura hierárquica de centro/periferia e uma divisão internacional do trabalho. No centro desta estrutura internacional estariam os países capitalistas mais avançados, enquanto que a periferia seria povoada pelos países cujas economias são dependentes, menos desenvolvidas e exploradas por essas empresas dos países centrais. O que nos leva à sua segunda lei: seu argumento é de que, devido ao seu grande tamanho, mobilidade, e poder monopolístico, as multinacionais exercem o controle e exploram o mundo para seu próprio proveito. Suas atividades formam um mundo dividido entre as economias ricas do Norte e as economias fracas e exploradas do Sul; ou seja, o desenvolvimento do norte e o subdesenvolvimento do sul são aspectos complementares do capitalismo internacional na era das multinacionais (GILPIN, 2001, p. 287).

O surgimento da empresa também coincidiu com uma alteração da política externa norte-americana em relação à América Central. Com a ascensão de McKinley à presidência dos EUA, o país adotou uma política imperialista na região, lutando e vencendo a Guerra Hispano-Americana e anexando Porto Rico e Filipinas, além de tornar Cuba um protetorado. A conjuntura internacional não poderia ser mais favorável para as multinacionais estadunidenses. Além disso, como consta em Bucheli (2006b), os países da América Central, carentes de estrutura, eram dependentes dos Estados Unidos, pois não possuíam diversificação produtiva e vendiam quase tudo para os norte-americanos. No começo do século XX, os países centro-americanos e caribenhos gradualmente caíram sob a esfera de influência política e econômica norte-americana depois que os Estados Unidos pagaram a dívida externa que alguns deles possuíam com as potências européias. Como resultado, o continente saía da região da libra para a do dólar, assegurando a hegemonia dos EUA (BUCHELI, 2006b, p. 9). E, quando necessário, os Estados Unidos não tinham constrangimento em invadir seus vizinhos:

Os Estados Unidos também conquistaram sua preeminência política na América Central através de intervenção militar direta. Sempre que os interesses norte-americanos ou um dos seus regimes aliados estava ameaçado, os EUA não se intimidavam em enviar forças armadas, sem temer sério confronto. Antes de 1945, os EUA já haviam invadido Honduras (1903, 1907, 1912, 1919, 1924), a República Dominicana (1903, 1914, 1916), o Haiti (1914, 1916), a Nicarágua (1907,

1909, 1915), Cuba (1906, 1912, 1917), o Panamá (1912, 1918, 1925), a Guatemala (1920), e El Salvador (1932). O Caribe havia se tornado um *Mare Nostrum* norte-americano, dando às companhias estadunidenses a confiança para expandir seus negócios na região.<sup>4</sup> (BUCHELI, 2006b, p. 10).

As multinacionais se expandiram pela América Central como se estivessem no próprio Estados Unidos, ao mesmo tempo em que a demanda por bananas crescia e a região ficava cada vez mais economicamente dependente dos EUA. Dessa forma, a United Fruit em pouco tempo consegue se fazer presente na Costa Rica, Jamaica, Cuba, Santo Domingo, Equador, Panamá, Honduras, Colômbia, Nicarágua e Guatemala, esta última sua maior sede.

## 1.2 A Guatemala sob o poder do capital estrangeiro

A Guatemala se localiza ao sul do México, também fazendo fronteira com Honduras, El Salvador e Belize, sendo um dos países mais populosos da América Central. Possui também saída para o oceano Atlântico, através do Golfo de Honduras, e para o Pacífico. Metade da população é formada por descendentes indígenas, enquanto a outra metade se divide entre mestiços, negros e outras etnias; apesar da língua oficial ser o espanhol, existem também mais de vinte dialetos indígenas utilizados por alguns grupos de descendentes dos maias. A taxa de natalidade do país, até o final do século XX, era uma das mais altas do continente, e a maioria esmagadora dos habitantes vive no meio rural (cerca de três quintos da população economicamente ativa retira sua renda da agricultura), havendo poucas cidades realmente importantes. O café é o principal produto para a exportação.

Em 15 de setembro de 1821 iniciou-se o movimento pela independência, que resultou na formação de uma federação que contou com quase todo o território da antiga Capitania

---

<sup>4</sup> United States also achieved its political preeminence in Central America by direct military intervention. Whenever one of the American ally regimes or American interests was in danger, the US did not dither about sending its armed forces, without fearing serious confrontation. Before 1945, the US had already invaded Honduras (1903, 1907, 1912, 1919, 1924), the Dominican Republic (1903, 1914, 1916), Haiti (1914, 1915), Nicaragua (1907, 1909, 1915), Cuba (1906, 1912, 1917), Panama (1912, 1918, 1925), Guatemala (1920), and El Salvador (1932). The Caribbean had become an American *Mare Nostrum* giving the US companies the confidence to expand their business in that region. (BUCHELI, 2006b, p. 10).

Geral da Guatemala, tendo perdido apenas a região da Chiapas, anexada pelo México. Uma revolução ocorreu em 1871 e derrubou o governo, dando início a um período de ditaduras que seguiam uma doutrina econômica liberal. O governo de Justo Barrios, iniciado em 1873, inaugurou um modelo de política que foi seguido por muitos de seus sucessores, em que se buscava o desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento social. A população se subordinava a um regime de trabalho quase servil nas terras de uma elite branca, em condições de extrema pobreza.

A economia da Guatemala foi muito afetada quando as multinacionais estrangeiras penetraram no setor agrícola, pois elas acabaram por retirar quase que completamente a posse de terras dos nativos (GRAY, 2000, p. 6). A maioria dos descendentes indígenas trabalhava nas plantações de café desta oligarquia, a principal fonte de renda do país. Em um país cuja situação ainda era praticamente pré-capitalista, como afirma Edelberto Torres Rivas (1990), a implementação de uma política econômica liberal e a penetração do capital internacional teve como resultado a redefinição desta massa camponesa, transformando os serviçais e peões em trabalhadores semi-assalariados, mas sem alterar a estrutura social pré-capitalista. De fato, os únicos beneficiados pela abertura econômica do período eram os latifundiários, situação que não mudou no século subsequente. Manuel Estrada Cabrera inicia seu governo em 1898 e o mantém, através de vários subterfúgios, até 1920, preocupando-se mais em manter a situação como estava, defendendo os interesses das classes dominantes sem inovações, de forma que o período é considerado um “prolongamento do século XIX no século XX” (RIVAS, 1990, p. 14).

Foi durante seu governo que a United Fruit Company entrou na Guatemala. O general Cabrera abriu as portas para a companhia em 1901, quando concedeu-lhe o serviço postal internacional. Sua intenção era aproveitar a respeitável frota de navios da empresa que praticamente controlava as rotas navais da América Central, e Minor Keith, que havia se tornado um dos principais executivos da UFC, viu que a parceria com o governo podia render mais. Em pouco tempo, a UFC conseguiu o direito de construir e administrar a principal ferrovia do país, capitalizando-a em 40 milhões de dólares (LANDMEIER, 1997, p. 1).

Assim como a Costa Rica, a Guatemala também estava construindo uma ferrovia que atravessava o país, chegando até a costa do Atlântico para embarcar a produção cafeeira, rumo ao mercado internacional. A diferença era que a Guatemala estava utilizando o próprio dinheiro, oriundo do café, para pagar pela obra. Os trilhos já iam da costa do Pacífico até a

capital, Cidade da Guatemala, mas quando estava se aproximando da fronteira leste, o dinheiro acabou. O Brasil estava aumentando muito a oferta de café no mercado, o que levou à conseqüente queda drástica do preço do produto, causando por sua vez uma crise financeira no país. Estrada Cabrera procurou então o maior especialista em construção de ferrovias da América Central, Minor Keith, que não por acaso era o vice-presidente da United Fruit, e cujos termos eram imbatíveis (CHAPMAN, 2007, p. 54). Em vez de pedir pagamento adiantado, Keith solicitou terras onde pudesse plantar bananas, de onde sairia novamente o capital para construir a ferrovia, além de barganhar o direito de administrar o trecho da linha que construísse por dez anos. Evidentemente, dez anos não seriam o suficiente para lucrar acima do investimento, e a United Fruit eventualmente tomaria o controle da infra-estrutura nacional.

O contrato de 1904 foi extremamente vantajoso para a UFC. O controle concedido sobre o trecho da ferrovia também incluía as linhas de telégrafo e o porto de Puerto Barrios, que seriam construídos com dinheiro da própria Guatemala, assim como a concessão de 99 anos e exploração da ferrovia com isenção fiscal. Além da necessidade da construção da ferrovia e da falta de recursos, o general Cabrera teria aceitado termos tão desequilibrados em virtude de seu próprio despreparo para lidar com negociações incluindo multinacionais norte-americanas, conforme explícito em Rivas (1990):

Servilismo, deslumbramento e ignorância, tudo se combinou para acentuar a inferioridade na conduta dos chefes liberais. O gosto pelo estrangeiro, de sabor oligárquico, correu paralelo com a atração quase mágica pelo progresso, de estirpe positivista. E no seio dessa matriz agrária onde floresceu a mentalidade colonizada, a miragem do progresso marcha, simbolicamente, por caminhos de metal. O governo de Cabrera doou sem gravame, como uma concessão graciosa, a malha de ferrovia que une o Atlântico ao povoado de El Rancho, a somente sessenta quilômetros da cidade da Guatemala. E para construir esse terço restante, os contratados norte-americanos receberam, também, gratuitamente, o molhe terminal em Puerto Barrios, edifícios, terrenos e materiais, 80.000 hectares de terra, o privilégio exclusivo de explorar vias férreas numa faixa de 20 milhas de ambos os lados da linha, isenção de impostos internos, de importação e exportação etc. (RIVAS, 1990, p. 18).

Ao considerarmos estes fatos, é importante notar que a companhia não só tomou proveito da carência de infra-estrutura da Guatemala, como também as vantagens fiscais a ela oferecidas são um fator importante para sua penetração na economia nacional. O que se percebe é que a United Fruit utilizou-se das imperfeições de mercado já existentes assim como de imperfeições criadas pelo próprio Estado. Isso corresponderia à teoria de Gilpin de

que as multinacionais se aproveitam de imperfeições de mercado para fortalecerem sua posição oligopolística (ou, no caso da UFC, de quase monopólio):

**Multinacionais são, primeiramente, empresas oligopolísticas e funcionam em mercados imperfeitos**, e como já foi constatado, não há um modelo formal satisfatório que abranja todos os tipos de comportamento oligopolístico. (...). Algumas imperfeições de mercado são criadas por governos nacionais através de políticas como proteção comercial e política industrial; na verdade, **um governo às vezes cria imperfeições de mercado para encorajar multinacionais estrangeiras a investir em suas economias**. Um exemplo notável é a criação de barreiras comerciais e a provisão de incentivos fiscais para encorajar o IED.<sup>5</sup> (GILPIN, 2001, p. 280, grifos nossos).

Mesmo assim, pode parecer difícil que um presidente como Estrada Cabrera tenha aceitado um acordo tão desvantajoso sem procurar algum ganho pessoal. E, de fato, Peter Chapman nos revela que um pequeno “incentivo” dado ao general foi descoberto, mas que seu valor era insignificante; podemos então simplificar as motivações de Cabrera afirmando que, em seu julgamento, a Guatemala realmente precisava terminar a ferrovia, e a United Fruit era a única que possuía os recursos para fazê-lo (CHAPMAN, 2007, p. 57). O preço pago por apenas algumas milhas de ferrovia, porém, mostrar-se-ia muito mais elevado do que o planejado.

Aquilo que não era concedido, a empresa comprava. E barato. Em pouco tempo a United Fruit Company já havia comprado o restante da ferrovia de seus outros proprietários, que venderam sem hesitação, pois os lucros da ferrovia dependiam da exportação do café, que estava em crise. Dessa forma, a companhia acabou assumindo o controle da infra-estrutura de transporte e comunicação da Guatemala, o que significava que toda a produção nacional passava pelas mãos da UFC, que cobrava caro por este serviço. A United Fruit cobrava uma tarifa para cada item que chegasse ou saísse do país através do Puerto Barrios. Durante muitos anos, os produtores de café guatemaltecos pagaram taxas muito elevadas, que fizeram o café do país atingir um preço muito alto e pouco competitivo no mercado internacional (LANDMEIER, 1997, p. 2).

---

<sup>5</sup> MNCs are primarily oligopolistic firms and function in imperfect markets, and as has already been noted, there is no satisfactory formal model to account for all types of oligopolistic behavior. (...). Some market imperfections are created by national governments through such policies as trade protection and industrial policy; in fact, a government sometimes creates market imperfections to encourage foreign MNCs to invest in their economies. A notable example is the erection of trade barriers and the provision of ‘tax breaks’ to encourage FDI. (GILPIN, 2001, p. 280).



A multinacional já tinha muitas terras, mas sempre podia comprar mais. Conseguiu a permissão para comprar lotes de terra em Puerto Barrios a preços nominais, além da grande extensão de terrenos já concedidos no porto. A concentração de terras era tal na Guatemala que, em 1926, apenas 7,3% de toda a população era proprietária de algum terreno; na década de 1940, 98% de toda a terra cultivada pertencia a apenas 142 pessoas ou corporações (GRAY, 2000, p. 6). Tamanha liberdade de ação e facilidade para controlar o sistema econômico do país fez da Guatemala a principal sede da United Fruit Company na América Central, responsável por 25% da produção da companhia.

Após onze anos de efêmeros governos que sucederam a queda de Estrada Cabrera, o General Jorge Ubico assume o poder em 1931. Seu mandato foi marcado por uma dupla abordagem frente à população sem-terra; ao mesmo tempo em que Ubico visitava suas vilas e dizia compreender suas dificuldades, criava leis que permitiam aos latifundiários explorá-los ainda mais. Os donos das terras também faziam acordos de não disputar mão-de-obra, mantendo os salários artificialmente baixos reforçados por contratos que a maioria simplesmente não sabia ler. Não o bastante, o general ainda autorizou os proprietários a matar aqueles que se rebelassem. Suas medidas eram aceitas e justificadas em um contexto de grande discriminação racial, onde a elite branca e mestiça ainda via a massa descendente de indígenas como praticamente escravos (BUCHELI, 2006b, p. 14).

Aliado dos Estados Unidos e querendo demonstrar seu comprometimento ao liberalismo, Ubico atraiu os investidores estrangeiros e perseguiu o movimento comunista de uma forma que beirava a paranóia. O general articulou uma rede de espionagem por todo o país para localizar supostos comunistas, e trabalhou contra a industrialização do país para evitar a formação de uma classe proletariada. Ele até mesmo proibiu o uso de termos que considerava “comunistas”, como “sindicato”, “greve”, “direitos trabalhistas” e “petições” (BUCHELI, 2006b, p. 15).

O governo de Jorge Ubico coincidiu com a ascensão de Samuel Zemurray à presidência da United Fruit Company. Conhecido também como “Sam, the Banana Man”, ele enriqueceu rapidamente através de negócios inescrupulosos, inclusive apoiando o golpe militar em Honduras no começo do século. Dono da Cuyamel Company, seu crescimento alertou a United Fruit de que ele poderia tornar-se um perigoso concorrente, de forma que em 1930 a UFC compra a empresa de Zemurray usando ações da companhia, e o forçou a uma aposentadoria antecipada, porém muito rica. Mas a Depressão estava atingindo gravemente a

United Fruit, que viu seu lucro diminuir de 44 milhões para 6,2 milhões de dólares em doze anos, e Zemurray acreditava que o problema estava dentro da estrutura administrativa. Assim, em 1933 ele convenceu a diretoria da UFC a torná-lo diretor-executivo, e em duas semanas o valor das ações da companhia havia mais do que duplicado (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 69). A combinação de Ubico no governo e Samuel Zemurray na United Fruit havia tornado a companhia mais forte do que nunca dentro da Guatemala.

A parceria entre a ditadura guatemalteca e a UFC é bastante natural se considerarmos a teoria Neo-Marxista. A abordagem Neo-Marxista sobre o comportamento de multinacionais prefere focar na interação existente entre o capital, Estado autoritário e elites locais, conforme nos explica Marcelo Bucheli:

Acadêmicos Neo-Marxistas argumentam que a existência de regimes autoritários em países pobres facilita as operações de uma corporação multinacional, mantendo baixos os custos da mão-de-obra através da repressão do movimento sindical. Além disso, eles afirmam, um regime não-democrático pode escrever o tipo de legislação que uma multinacional precisa sem enfrentar oposição. Isto é possível porque a elite local e os governantes do país adquirem benefícios econômicos das operações de corporações estrangeiras. Como resultado, as multinacionais, o governo, e a elite local criam a chamada “Aliança Tripla” contra a classe trabalhadora. Como resultado, eles concluem, as operações de corporações multinacionais em países pobres exacerbam a pobreza, a desigualdade e a repressão política existentes.<sup>6</sup> (BUHELLI, 2006b, p. 7).

Grandes acordos foram assinados entre as duas partes na década de 1930. A Guatemala cedeu ainda mais terras para a United Fruit em troca de um porto que seria construído pela empresa, mas que nunca foi feito; e Ubico não se incomodou em tomar as terras de volta. Em vez disso, em 1936, faz um acordo com duração de 99 anos para explorar a produção na costa oeste do país, sem nenhuma taxa e garantia de baixos salários, como era de costume. O controle da companhia sobre a economia local não parava de crescer, conforme nos explica Schlesinger e Kinzer:

Assim, a United Fruit exerceu enorme controle econômico sobre a Guatemala. Qualquer empreendimento que desejasse exportar mercadoria para os portos do leste

---

<sup>6</sup> Neo-Marxist scholars argue that the existence of authoritarian regimes in poor countries facilitates the operations of a multinational corporation by keeping a low labor cost through repression of the labor movement. In addition, they claim, a non-democratic regime can write the kind of legislation the multinational needs without opposition. This is possible because the local elite and the country’s rulers get economic benefits from the operations of foreign corporations. As a result, the multinationals, the government, and the local elite create what they called the “Triple Alliance” against the working class. As a result, they conclude, the operations of the multinational corporations in poor countries exacerbate the existing poverty, unequal income distribution, and political repression. (BUHELLI, 2006b, p. 7).

e do sul dos Estados Unidos (ou para Europa ou África) tinha de usar Puerto Barrios, e como a companhia era dona da cidade e todas as instalações do porto, ela tinha autoridade quase total sobre o comércio internacional do país. Além disso, o único meio de transportar os produtos para Puerto Barrios era a ferrovia da IRCA, cujo horário e estrutura também eram controlados pela United Fruit. 'The Great White Fleet' da companhia, com mais de cinquenta fragatas, era a única com acesso regular a Puerto Barrios, e a contínua intimidade da companhia com os homens-fortes da Guatemala lhe permitiu numerosos 'acordos paralelos', como a administração do serviço de telégrafo.<sup>7</sup> (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 70).

De acordo com a visão estado-cêntrica da política econômica, os governos não estão somente preocupados com os ganhos absolutos de investimento externo, mas também com os ganhos relativos de outros atores. Segundo Gilpin, Estados têm um forte incentivo para realizar ações que garantam seus próprios interesses, especialmente seu poder e liberdade de ação (GILPIN, 2001, p. 77), mas não é isso que verificamos na Guatemala. A presença da empresa acabava exatamente por limitar o poder e liberdade de ação do governo; e mais, a produção da United Fruit pouco contribuía realmente para o país, pois não pagava impostos, e a infra-estrutura por ela construída era utilizada basicamente pela própria. Ao mesmo tempo, não se podia mais desfazer-se da empresa devido ao imenso número de serviços realizados e de indivíduos empregados por ela.

Não se pode negar, porém, que a UFC tenha realizado investimentos em estrutura a favor dos trabalhadores. A maioria deles não tinha outra opção senão trabalhar para a empresa, mas mesmo assim as condições de trabalho na United Fruit eram melhores que em qualquer outra plantação na Guatemala. Os salários eram um pouco maiores, e a empresa ainda construía moradias e centrais médicas para seus empregados, e escolas fundamentais para seus filhos.

Estas condições atraíam moradores de outras regiões para trabalhar para a empresa, aumentando a oferta de mão-de-obra. A companhia também se esforçava para manter condições sanitárias básicas e água limpa, o que resultava em uma considerável redução nos casos de malária, muito comum nas regiões de plantação de banana. Algumas instalações

---

<sup>7</sup> Thus United Fruit exercised enormous economic control over Guatemala. Any business seeking to export goods to the eastern or southern ports of the United States (or to Europe or Africa) had to use Puerto Barrios, and since the company owned the town and all its port facilities, it had nearly complete authority over the nation's international commerce. In addition, the only means of moving products to Puerto Barrios was the IRCA rail line, whose schedule and rate structure were also controlled by United Fruit. The Fruit Company's 'great white fleet' of more than fifty freighters alone had regular access to Puerto Barrios, and the company's intimacy with successive Guatemalan strong-men allowed it numerous "side deals" such as running the telegraph service. (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 70).

contavam inclusive com salões recreativos. Porém, conforme afirma Cindy Forster (2003), boa parte destas instalações eram construídas em terras usurpadas que, apesar de afirmarem serem áreas de floresta desabitadas, na verdade pertenciam a camponeses. Além disso, nem todos os serviços eram gratuitos; para utilizar o hospital da companhia, por exemplo, os trabalhadores tinham que abrir mão de parte de seu salário. Mas as condições de trabalho não eram sempre desta forma. Apenas em algumas áreas produtivas da empresa existia uma maior infra-estrutura, e quando havia, era de forma limitada; a eletricidade, por exemplo, estava disponível apenas algumas horas por dia, assim como a água (BATRES, 1995, p. 5).

A situação social na Guatemala, porém, não permaneceu totalmente inalterada durante o período. Uma pequena classe média crescia lentamente, composta por professores, estudantes e pequenos comerciantes, que não mais tolerariam ser controlados por uma oligarquia latifundiária e governo ditatorial. No ano de 1944, estouraria uma revolução popular que retiraria Ubico do poder e instauraria um governo democrático e popular.

### **1.3 O Período Democrático**

A aristocracia governante, há muito tempo no poder, se preocupava apenas em controlar a grande massa popular campesina, descendente de indígenas, e não percebeu que uma pequena burguesia lentamente crescia no país. Só iriam perceber sua presença quando este grupo se levantasse, subitamente, em maio de 1944. Esta classe, formada por professores, estudantes, comerciantes e alguns trabalhadores foi incentivada pelos discursos do presidente Franklin Roosevelt, que chegava a eles pelo rádio e que, no contexto da Segunda Guerra Mundial, defendia a Liberdade. Os quatorze anos de governo autoritário de Ubico geravam grande e crescente insatisfação na burguesia que começava a se organizar e que desejava um governo que se devotasse ao bem público (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 25). Jorge Ubico também estava perdendo o apoio de seus aliados, considerado um líder pouco confiável.

Os professores formaram a base e se tornaram os líderes do movimento revolucionário, tendo sido os primeiros a desafiar Ubico ao se recusarem a participar do

tradicional desfile anual do Dia do Professor. Esta foi a primeira de diversas outras manifestações pacíficas adotadas não só pelos professores como pelos alunos e outros grupos sociais. Pode não parecer muito, mas segundo Schlesinger e Kinzer, nunca antes na história daquele país havia ocorrido protestos antigovernamentais semelhantes. Em junho, os trabalhadores de Tiquisate, uma cidade na costa do Pacífico formada basicamente por empregados da United Fruit, realizaram protestos nas ruas e uma greve geral pedindo o fim da ditadura de Ubico (FORSTER, 2003, p. 193). O general, porém, não deixaria de revidar.

No maior protesto realizado em toda a história moderna da Guatemala, membros de quase todos os segmentos da população urbana se encontraram na Cidade da Guatemala para exigir a renúncia do ditador. A reação de Ubico seria a pior possível, mas não inesperada; ordenou que suas tropas atacassem, e cerca de duzentas pessoas foram mortas ou feridas, e declarou estado de sítio. Considerando-se uma espécie de Napoleão da América Central (contratava artistas para pintarem seus retratos de forma semelhante aos do francês, e espalhava estátuas de Napoleão pelo palácio presidencial), Ubico não compreendia exatamente a insatisfação sobre seu governo. Seu apoio, porém, era todo proveniente dos latifundiários, que se beneficiavam da manutenção do *status quo*, e massacrava a população trabalhadora, conforme a citação abaixo explícita:

“A base política de Ubico era a aristocracia latifundiária, a elite governante tradicional da Guatemala. Seus ricos aliados esperavam que ele suprimisse a dissidência e impedisse mudanças sociais. Ele correspondeu a estas expectativas de forma implacável. Mantendo o padrão de seus antecessores, ele rotineiramente utilizou o exército para intimidar os guatemaltecos mais pobres e consolidar seu poder. Ele massacrava índios rebeldes, matou líderes trabalhistas e intelectuais e enriqueceu seus amigos. Um comentarista contemporâneo sugeriu que a tradição de despotismo no sofrido país havia atingido um ‘clímax selvagem sob o megalomaniaco General Jorge Ubico’. A revista Time o acusou de comandar ‘uma das mais escandalosas tiranias do mundo’. Suas contribuições foram poucas: algumas escolas, algumas ruas inadequadas e um aeroporto”<sup>8</sup> (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 28).

Apenas um ou dois dias após o massacre nas ruas da capital do país, o general recebeu um protesto em forma de petição assinado por 311 pessoas, muitas delas membros da alta

---

<sup>8</sup> Ubico’s political base was the landed aristocracy, Guatemala’s traditional governing elite. His wealthy supporters expected him to suppress dissent and prevent social change. He fulfilled this expectation with ruthless gusto. In the pattern of his predecessors, he routinely used his army to intimidate poor Guatemalans and solidify his power. He massacred rebellious Indians, killed labor leaders and intellectuals and enriched his friends. One contemporary commentator suggested that the tradition of despotism in the long-suffering country reached a “savage climax under the megalomaniac General Jorge Ubico”. Time magazine accused him of running ‘one of the world’s most flagrant tyrannies.’ His contributions were few: a handful of schools, some inadequate roads and an airport. (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 28).

sociedade urbana. A “Petição dos 311”, como ficou conhecida, fez Ubico reconhecer a forte oposição ao seu governo e, em 1º de julho, renunciou. Contudo, ele acabou apontando como sucessor um dos seus generais, Federico Ponces Vaides, formando uma espécie de governo fantoche (FORSTER, 2003, p. 194).

Federico Ponces subestimou a revolução, que ainda não tinha atingido o seu clímax. Pouco depois da renúncia de Ubico, o jornalista mais conhecido da Guatemala, Alejandro Cordova, publicou uma série de artigos contra o governo de Ponces, e fez polêmicos discursos na Assembléia Nacional, da qual fazia parte, e acaba sendo assassinado. A convulsão social se reavivava, e o general Ponces decidiu forjar uma legitimidade democrática ao seu governo, anunciando a realização de eleições. A oposição então se concentrou na procura pelo candidato que pudesse unificar o país contra Ponces, e acabou escolhendo o Dr. Juan José Arévalo, que estava exilado na Argentina por quase quinze anos, e era professor de filosofia. Ele foi escolhido por ser muito conhecido no meio acadêmico, graças às suas publicações, e por ser um cidadão sem passado político, que poderia significar uma verdadeira ruptura com o passado.

Arévalo retornou ao país e foi recebido como uma espécie de herói, mesmo que nada tivesse feito até então. O candidato, porém, sequer pôde realizar sua campanha, pois teve de se esconder; Ponces havia emitido ordem de prisão ao rival, temendo sua popularidade. De qualquer forma, a campanha não fez falta ao professor, pois aquela eleição jamais chegaria a ocorrer. Nos últimos meses, o Major Francisco Arana e seu aliado, Capitão Jacobo Arbenz, estavam exilados em El Salvador planejando uma revolta popular, que mais tarde seria chamada de Revolução de Outubro.

Os dois retornaram à Guatemala na metade do mês de outubro, mataram os oficiais em um quartel e distribuíram as armas para estudantes e outros cidadãos dispostos à revolução. O grupo passou a realizar ataques rápidos a delegacias de polícia e quartéis militares, à medida que mais pessoas aderiam à luta. Ponces pediu ajuda aos Estados Unidos, sem sucesso, e foi forçado a deixar o país. A Revolução de Outubro foi extremamente rápida e menos de cem mortes foram contabilizadas. Major Arana e Capitão Arbenz instauraram uma junta militar provisória e imediatamente anunciaram que, em breve, seriam realizadas eleições, declarando apoio a José Arévalo, atitude seguida por quase todos os partidos que haviam sido recentemente criados (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 31).

A junta militar não esperou chegarem as eleições para realizar reformas. Enquanto a campanha eleitoral seguia, o governo provisório escreveu uma nova constituição liberal, encerrando a censura, proibindo que um presidente fosse reeleito duas vezes, classificando como crime a discriminação racial e retirando o ensino superior do controle estatal. Também banuiu monopólios privados, estabeleceu uma carga horária de 40 horas de trabalho semanais e proibiu o pagamento aos trabalhadores em *tickets* para compras na loja da empresa (prática muito comum no período, que fazia parte do dinheiro gasto com salário retornar para a própria companhia). Uma das mais importantes reformas seria a autorização da criação de organizações trabalhistas. Estas mudanças criaram “incertezas” para as companhias, que reclamaram contra os custos que as reformas tinham criado e contra o aumento da “agressividade” dos sindicatos (BUCHELI, 2006b, p. 20).

José Arévalo foi eleito sem nenhuma surpresa. Usando um discurso moderado, o presidente se colocava ao lado dos trabalhadores, mas rejeitava qualquer ideologia radical, especialmente o comunismo. Mesmo deixando claro sua descrença referente ao comunismo, não faltaram acusações por parte das grandes corporações de que o governo havia sido infiltrado pelos soviéticos. A United Fruit Company foi uma das mais afetadas pelas reformas do governo democrático, em virtude do crescimento do poder dos grupos trabalhistas e da perda de intimidade com o governo.

Por muitos anos, a United Fruit não teve que se preocupar com qualquer tipo de organização dos trabalhadores. O governo autoritário proibia a formação de uniões e sindicatos e reprimia a população para garantir a subordinação do povo às oligarquias, mas a situação havia mudado. Greves, que antes eram inadmissíveis, passam a se tornar uma ameaça real. Desde o governo de Cabrera, a repressão aos movimentos trabalhistas se realizava a partir da acusação de serem agremiações comunistas e, assim, a companhia simplesmente impunha seus termos ao renovar contratos com os seus empregados. É verdade que o salário pago pela United Fruit era o maior de todas as empresas do setor na Guatemala, mas estava longe de ser realmente digno, e boa parte dele era gasto em lojas da própria companhia; mas o mais notório é o fato de que o próprio governo era contra um aumento de salário para os trabalhadores da empresa, por não querer que outros empregados também solicitassem maior pagamento para outras empresas e para o governo.

O controle que a empresa possuía sobre seus empregados permitia impor até mesmo rígidas normas sobre a conduta pessoal fora do trabalho. Cindy Forster (2003) cita em seu

artigo casos de trabalhadores que foram demitidos por receber em sua casa mulheres que não fossem suas esposas. A jornada de trabalho também era exaustiva, ultrapassando treze horas por dia, seis dias por semana, em uma atividade extremamente fatigante. Sem mencionar os riscos de intoxicação, devido ao uso de produtos químicos para combater possíveis pragas nas plantações e, mesmo após a posse de Arévalo, era comum que os trabalhadores fossem forçados a trabalhar horas extras sem remuneração.

Juan José Arévalo, porém, lutou (ou ao menos tentou lutar) pelos direitos dos trabalhadores. A United Fruit era a empresa com maior posse de terras no país e a que mais demandava mão-de-obra e, por isso, foi a que mais sentiu os efeitos da mudança de governo em 1944. Os trabalhadores perceberam que este era o primeiro momento favorável para realizar alguma reivindicação, e aos poucos tentaram formar sindicatos. Não era fácil para eles se organizarem; eram um grupo muito heterogêneo, que não possuía um sentimento de unidade de classe; muitos tinham medo de perder o emprego caso se juntassem a um sindicato. Mesmo assim, tentativas de organização e de greves já haviam sido realizadas nas décadas de 20 e 30, então quando surgiu a oportunidade os trabalhadores já tinham certa experiência, e não demorou muito para que os sindicatos comesçassem a surgir. A primeira grande greve ocorreu em 1946, após o descontentamento em relação a três trabalhadores de um sindicato terem sido demitidos pela United Fruit, que ganhou o apoio de outras organizações pelo país e logo virou uma greve de grandes proporções por melhor salário. O conflito durou seis semanas, e terminou com o presidente Arévalo determinando o fim da greve sob as condições de que ninguém seria demitido.

O governo de Arévalo, apesar de se mostrar preocupado com a classe dos trabalhadores, pouco pôde fazer no início de seu mandato, devido ao atrasado código trabalhista do país. Quando a primeira greve irrompeu em 1946, ele não pôde demonstrar apoio à causa, pois esta estava atuando fora da lei. Mais importante, Alejandra Batres (1995) revela que havia muita preocupação em não desafiar a United Fruit Company pelo fato de ser a empresa de maior capital investido no país e, dessa forma, tornando a economia dependente da multinacional. Interessante notar que, após penetrar no país, a UFC não necessita mais pressionar o governo por apoio nem realizar trocas de favores, pois acaba por se tornar um agente social crucial devido à geração de empregos.

Tentando trazer harmonia na questão dos trabalhadores contra a companhia, o governo propôs que os conflitos seriam julgados por ele, de forma imparcial, mas a United Fruit não



aceitou estas condições. Procurando uma solução que permitisse a Arévalo tomar mais controle da situação, o porto que era administrado pela UFC foi considerado um serviço de utilidade pública; pelas leis da Guatemala, os conflitos em repartições públicas deviam necessariamente ser resolvidos pela arbitragem do governo. Porém, o que parecia ser uma resposta à companhia na verdade teve o efeito contrário: a lei proibia a greve em serviços públicos, e de uma forma ou de outra a UFC sempre conseguia evitar a arbitragem.

A greve de 1946 mostrou que o Código de Trabalho da Guatemala era antiquado, formulado por um governo autoritário e oprimia os trabalhadores, e o presidente Arévalo decidiu que um novo deveria ser criado. O novo código entrou em vigor em 1947, baseado nas leis trabalhistas dos Estados Unidos, e parecia ter trazido grandes alterações em seu texto, mas foi mais conservador do que se esperava. Mesmo assim, a United Fruit mostrou-se muito desgostosa com os resultados, queixando-se com o governo norte-americano de que estaria sofrendo perseguição, e plantou no Congresso estadunidense o temor de que o governo da Guatemala estivesse caindo na influência comunista.

Sua luta por melhores condições de vida para a população pobre deixava Arévalo muito popular, mas o descontentamento da aristocracia também causava riscos. Em 1949, o presidente teve que encarar uma tentativa de golpe, mas contou com o Capitão Jacobo Arbenz, o mesmo da Revolução de Outubro, para defender sua posição. Arbenz ganhou o status de herói e, nas eleições de 1951, foi eleito com 65% dos votos, contra o candidato conservador e amigo de Ubico, Miguel Ygidoras (BUCHELI, 2006b, p. 20).

Quando Jacobo Arbenz assumiu, diretores da United Fruit da sede norte-americana viajaram para se encontrar com o presidente e fazer as usuais demandas. Pediram para que o presidente ratificasse que os contratos de trabalho da companhia fossem prorrogados por mais três anos sob os mesmos termos anteriores, que Arbenz promettesse não aumentar os modestos impostos que a companhia pagava e proteção contra qualquer possível revés que a empresa viesse a sofrer (SHLESINGER & KINZER, 1982, p. 74). Pode parecer lógico que a resposta de Arbenz foi de não compactuar com estes termos, mas a cúpula da United Fruit ficou bastante surpresa com a negativa, pois os antigos ditadores não hesitavam em satisfazer as vontades da companhia. O governo democrático estava se tornando um empecilho à UFC.

Após sua eleição à presidência, Arbenz almejou um ambicioso programa social que se concentrava na distribuição de renda e no nacionalismo econômico. Ele estabeleceu o primeiro imposto de renda na Guatemala e tentou romper monopólios criando competição

estatal. Como uma forma de assegurar independência econômica em relação aos Estados Unidos, Arbenz promoveu a construção de uma rodovia da Cidade da Guatemala até o Atlântico, que iria ser uma rota paralela à ferrovia controlada pela United Fruit; também tentou a construção de um porto controlado pelo governo para competir com Puerto Barrios, de posse da UFC, e planejou a construção de uma hidroelétrica nacional para oferecer energia elétrica barata e romper o monopólio da companhia elétrica, controlada por norte-americanos. Estas ações encorajavam ainda mais os trabalhadores da United Fruit e afiliadas a se organizarem e agirem de forma mais agressiva, com maiores greves e mais demandas. Como um sinal dos novos tempos, pela primeira vez na história a IRCA (companhia vinculada à United Fruit, responsável pelas ferrovias) passou a incluir uma seção dedicada às “relações trabalhistas” em seu anuário (BUCHELI, 2006b, p. 21).

A diferença entre o governo de Arévalo e Arbenz fica mais clara neste trecho do artigo de Cindy Forster (2003):

Arévalo era um professor, e ele visionava uma revolução de um professor que era assimilacionista. Ele estava ansioso para transformar uma sociedade indígena e rural em um moderno Estado-nação não-indígena. O seu sucessor, Jacobo Arbenz, deixou de lado muito do paternalismo de Arévalo e tomou uma brusca guinada para esquerda com a promulgação da reforma agrária. Dessa forma, Arbenz legislou uma nova ordem social, para que a democratização política pudesse ter lugar entre um povo que por séculos se dividiu entre raças e classes.<sup>9</sup> (FORSTER, 2003, p. 194).

Mas, apesar das tentativas, nem os sindicatos e nem mesmo o governo conseguiam confrontar a United Fruit Company. A UFC tirava proveito da desunião entre os sindicatos e negociava com cada um individualmente, pressionando os mais fracos a um acordo favorável, o que diminuía o poder de barganha dos outros sindicatos. A companhia lançava mão de diversos motivos para justificar demissões em massa e ignorava decisões judiciais que proibiam que trabalhadores fossem dispensados, e às vezes se recusava até mesmo a participar de debates para resolução de conflitos. Para Alejandra Batres (1995), a incapacidade do governo em “controlar” a UFC foi um dos principais motivos que levaram os trabalhadores a aceitar contratos com ínfimas correções de salário.

---

<sup>9</sup> Arévalo was a professor, and he envisioned a schoolteacher’s revolution that was unapologetically assimilationist. He was eager to transform a rural Indian society into a modern, non-Indian nation-state. Arévalo’s successor, Jacobo Arbenz, dropped much of Arévalo’s paternalism and took an abrupt shift left with the enactment of agrarian reform. In effect, Arbenz legislated a new social order, so that political democratization might take place among people who for centuries had been divided by deep fissures of race and class. (FORSTER, 2003, p. 194).

Fica claro que a cartada final sempre pertencia à United Fruit. Quando a situação não estava favorável, a companhia argumentava que os conflitos com trabalhadores, o novo código de trabalho e o aumento de salário reduzia os lucros e que por isso a empresa deixaria a Guatemala. Nesses momentos, pedia intervenção favorável ao governo para convencer os trabalhadores, em nome de “tudo o que a companhia fez pelo país em termos de saúde, desenvolvimento e economia”. As consequências de uma possível retirada da UFC do país seriam drásticas; quase cem mil pessoas dependiam das atividades da companhia para sobreviver. As ameaças surtiam efeito, e a UFC ganhava o apoio da classe empresarial do país que também temia sua retirada, e os trabalhadores se submetiam às parcas condições contratuais.

O segundo presidente do período democrático, porém, demonstrou possuir um pulso mais firme para lidar com a companhia do que seu antecessor. Capitão Jacobo Arbenz desejava realizar uma reforma agrária, e para isso teria de passar por cima da United Fruit, a maior proprietária de terras do país, muitas delas improdutivas. A reforma começou em 1952, e a UFC teve suas terras expropriadas pela primeira vez em 1953, e a segunda vez no ano seguinte. O valor que o governo calculava para pagar como compensação pelas terras era baseado na declaração de impostos da companhia; ou seja, as terras estavam avaliadas em quase vinte vezes menos do que seu valor real. A United Fruit protestou, exigindo um valor justo, mas nada podia fazer se ela mesma declarava suas terras com valores tão baixos para a receita federal. Além disso, a empresa não perdia praticamente nada com a reforma, pois as terras expropriadas eram todas improdutivas.

Obviamente, a UFC deixava seus contatos influentes nos Estados Unidos ficarem a par da situação. Desde o momento em que o novo código de trabalho foi criado, a companhia se queixava ao governo norte-americano de sofrer perseguição na Guatemala, e de que o governo local seguia uma linha anti-americana, que fez com que os EUA criticassem publicamente a postura do governo da Guatemala. Com base nas alegações da United Fruit de que se tratava de um governo radical de esquerda, este começou a ser cautelosamente vigiado por conta de uma provável influência comunista, até que em 1954 os Estados Unidos afirmaram não ter dúvidas que comunistas estavam infiltrados no governo da Guatemala. Foi o motivo que faltava para um golpe de Estado que retiraria Arbenz do poder. Nas palavras de Alejandra Batres (1995, p. 33), “apesar de existirem muitas outras razões além de uma simples ‘discriminação’ contra a UFC que levou os EUA a intervirem neste caso, a companhia teve uma participação vital em chamar a atenção para políticas na Guatemala que

ela não aprovava”<sup>10</sup>. O novo governo, que emergiu sob o escudo da CIA, desmontou os sindicatos por serem considerados agremiações comunistas.

#### 1.4 O Golpe de 1954

O regime democrático na Guatemala já estava durando tempo demais aos olhos da United Fruit. Não podemos deixar de ressaltar que, após quase dez anos de democracia e atividade sindical, muito pouco foi conquistado pela classe trabalhadora, tendo a UFC sempre conseguido evitar conceder aos sindicatos termos favoráveis nos contratos de trabalho. Um exemplo do fracasso em enfrentar as companhias está em um discurso de Arévalo, antes de deixar o cargo para Arbenz: “Quando eu ascendi à presidência da nação, eu estava possuído por uma chama romântica (...). Eu ainda acreditava (...) que o governo da Guatemala podia governar a si mesmo, sem se submeter a forças externas. (...) Os magnatas da banana, compatriotas, se rebelaram contra a audácia de um presidente centro-americano que deu aos seus cidadãos uma igualdade legal com as honoráveis famílias de exportadores”<sup>11</sup> (KOEPPPEL, 2008, p. 124).

Mesmo assim, *La Frutera*, como também era chamada, temia que a resistência se fortalecesse se lhe fosse dado mais tempo, e quando o presidente apresentou um projeto de reforma agrária, a empresa decidiu que ele estava indo longe demais. A companhia era a maior proprietária de terras da Guatemala e a maior parte delas era improdutivo; só era cultivado o suficiente para suprir a demanda, de forma que imensas áreas mantinham-se intocadas e sem poderem ser aproveitadas por uma grande população pobre e sem recursos.

Uma reclamação formal foi entregue ao governo guatemalteco em abril de 1953 referente ao valor que ele estava se dispondo a pagar como indenização pelas terras

---

<sup>10</sup> While there were many other reasons than just ‘discrimination’ against UFC that led to U.S. intervention in this case, the company played a vital role in calling attention to policies in Guatemala it did not like. (BATRES, 1995, p. 33).

<sup>11</sup> When I ascended to the presidency of the nation, I was possessed by a romantic fire (...) I still believed (...) that the government of Guatemala could rule itself, without submission to external forces. (...) The banana magnates, co-nationals of Roosevelt, rebelled against the audacity of a Central American president who gave his fellow citizens a legal equality with the honorable families of exporters. (KOEPPPEL, 2008, p. 124).

expropriadas; mas o ofício foi entregue não pela United Fruit, mas sim pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, aonde a companhia possuía aliados no alto escalão. A carta exigia um pagamento 25 vezes maior do que Arbenz oferecia, e o presidente respondeu efusivamente contra a tentativa de ingerência. Arbenz, porém, sabia que nem a multinacional e nem o governo norte-americano aceitariam um “não” como resposta, e que tentariam um contra-ataque, conforme deixa entender em sua mensagem para o Congresso em março de 1954:

O caráter essencial da situação internacional com relação à Guatemala é que, como consequência da reforma agrária e do desenvolvimento social no país, nós enfrentamos uma crescente ameaça de intervenção estrangeira nos assuntos internos da Guatemala, pondo em perigo a estabilidade de nossa vida constitucional e a integridade de nossa independência nacional. (...) A fonte das controvérsias políticas, especialmente durante 1953, foi a questão agrária. (...) Por algum tempo nossas medidas estiveram em conflito com as políticas de grandes consórcios estrangeiros que formam os ciclos dominantes em alguns países, principalmente os Estados Unidos. (...) A explicação está nas medidas progressistas e na aplicação do Código de Trabalho para todas as companhias, incluindo a United Fruit Company. (...) Enquanto nós não nos submetemos à United Fruit Company e alguns outros afetados pela reforma agrária, eles vão continuar tentando recuperar as terras que a soberania popular expropriou legitimadamente, para o benefício da nação e dos camponeses.<sup>12</sup> (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 77).

Antes de prosseguir é preciso realizar uma breve análise da política externa norte-americana perante a região. Desde a Doutrina Monroe até a administração de Clinton os países latino-americanos estiveram sujeitos às demonstrações da hegemonia estadunidense na região. Estas demonstrações seriam efetivadas de diversas formas, mas com resultados similares: basicamente, a manutenção do acesso norte-americano à região. Desde o século XIX a América Latina é vista como uma extensão do território dos EUA, e uma fonte estratégica de matérias-primas. (GRAY, 2000, p. 3). Após praticamente declarar o continente como parte de sua esfera de influência, em 1823, os Estados Unidos partiram para a América

---

<sup>12</sup> The essential character of the international situation with relation to Guatemala is that, as a consequence of the agrarian reform and the economic and social development of the country, we face a growing threat of foreign intervention in the internal affairs of Guatemala, placing in danger the stability of our constitutional life and the integrity of our national independence. (...) The source of the political controversies and struggles, especially during 1953, was the agrarian question. (...) For some time our measures have conflicted with the policies of great foreign consortiums which form the dominant circles in some countries, principally the United States of America. (...) The explanation is in the progressive measures and in the application of the Labor Code to all companies, including the United Fruit Company. (...) As long as we do not conform to the United Fruit Company and some others affected by the agrarian reform, they will continue to try to recoup the lands which popular sovereignty had legitimately expropriated for the benefit of the nation and the peasants. (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 77).

Central em busca de governos com quem pudessem formar alianças e negar o acesso europeu aos recursos e mercados latinos – e onde não houvesse governos amigáveis, estes seriam criados. Recursos legais do direito internacional foram elaborados para legitimar a ingerência norte-americana nos governos vizinhos, como o Tratado do Rio de Janeiro de 1947, que caracteriza um ataque a algum dos países do continente americano como um ataque a todos.

O período da Guerra Fria foi ainda mais propício às intervenções dos EUA, que eram justificadas como um combate ao Comunismo. Com grande apelo da mídia, foi criada uma atmosfera de constante “perigo comunista”, de forma que, se os Estados Unidos desejassem realizar uma intervenção militar, bastava argumentar que estavam indo combater uma ameaça de golpe comunista e isso era o suficiente para adquirir apoio popular. O fato de não haver nenhuma ameaça real de golpes comunistas na América Central não foi empecilho algum para que fossem fabricadas notícias de que eles estariam se infiltrando nos governos centro-americanos. Estas medidas anticomunistas resultavam na retirada de governos democráticos e na posse de governos ditatoriais e opressivos de extrema direita, que aparentemente alcançavam um notável sucesso em atrair capital estrangeiro para o país, geralmente em detrimento de uma maioria pobre (GRAY, 2000, p. 5).

De acordo com a teoria estado-cêntrica sobre o comportamento das multinacionais, o sucesso de uma multinacional é dependente de um ambiente político internacional que lhe seja favorável e, sendo assim, não pode ser explicado apenas com teorias sobre forças de mercado e estratégias corporativas. Fatores econômicos não deixam de ser extremamente importantes para a ascensão internacional de grandes empresas, mas isto não poderia ocorrer se os países dominantes não criassem um ambiente político favorável à abertura e liberalização das economias nacionais.

A construção de um cenário liberal propício também é vista por Peter Chapman, para quem a United Fruit “capturou o espírito do período” e “incorporou o coração e a mentalidade” dos Estados Unidos (CHAPMAN, 2007, p. 53), referindo-se à aceleração do processo de expansão da companhia após a guerra Hispano-Americana. É importante, porém, fazermos uma diferenciação: o fato de a potência estadunidense ter criado este “ambiente favorável” não significa, na nossa compreensão, que tenha ocorrido um auxílio direto às pretensões da UFC ou qualquer tipo de apoio em específico à empresa. Não é possível afirmar que a política externa empregada pelos EUA tenha sido indispensável ou não para que a United Fruit tenha conquistado seus objetivos, mas nos parece que a companhia aproveitou-se

de uma situação que, apesar de benéfica, se originou independentemente de sua vontade.

A United Fruit soube exatamente como utilizar o clima quase que paranóico da Guerra Fria a seu favor. Desde a posse de Arévalo, a companhia semeava na opinião pública norte-americana a idéia de que os comunistas estavam se infiltrando no governo da Guatemala e ameaçando as multinacionais ali presentes, e a maioria delas (senão todas) era baseada nos Estados Unidos. O contexto político melhorou para a UFC quando Dwight Eisenhower assume em 1953; o novo presidente anuncia uma atitude mais rigorosa contra o comunismo, criticando a postura de seu antecessor, Harry Truman. A UFC então investiu ainda mais em uma das mais poderosas armas disponíveis: a imprensa.

Para isso, contratou aquele que talvez tenha sido o maior especialista em relações públicas do período, Edward Bernays. Bernays possuía amigos nos altos escalões dos maiores jornais norte-americanos, entre eles o dono do *The New York Times* – sua influência podia moldar a opinião pública dos Estados Unidos e até mesmo de outros países. Sam Zemurray o contratou ainda na década de 1940 para melhorar a imagem negativa que a United Fruit Company estava adquirindo pelo continente, já tendo sido alcunhada de *El Pulpo* (“O Polvo”).

Desde a Primavera de Outubro, como a revolução também era chamada, a UFC se manteve na defensiva, buscando manter a estrutura do país em um período de reformas que iam justamente contra seus privilégios. E obteve significativo sucesso nisso, de forma que pôde planejar seu contragolpe durante longo tempo. Ainda em 1950, Edward Bernays começou a instigar jornalistas da imprensa liberal a escrever sobre os problemas da United Fruit na Guatemala, convencendo inclusive o jornal *New York Herald Tribune* a enviar um repórter especial para o país. Este jornalista acabaria por escrever uma série chamada “Communism in the Caribbean”, baseada praticamente em contatos com os diretores da UFC, e que foi veiculado na primeira página do jornal por cinco dias seguidos. Depois disso, outros grandes jornais norte-americanos enviaram correspondentes para a Guatemala para “investigar” a situação (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 84). O objetivo era trazer a opinião pública para o lado da companhia, espalhando o temor de uma expansão comunista pelo Caribe, às portas dos Estados Unidos, e pressionar o governo para tomar uma atitude.

A campanha de propaganda sobre o perigo comunista também era efetuada dentro do setor político, de diferentes formas. Senadores como Henry Cabot Lodge possuíam consideráveis quantidades de ações da United Fruit, o que os tornavam inimigos naturais das

reformas que estavam sendo realizadas na Guatemala, e instigavam o Congresso dos Estados Unidos contra o governo guatemalteco que, segundo eles, perseguia as empresas estadunidenses.

Não bastava apenas criar a ameaça comunista na América Central; a UFC ainda tratou de exagerá-la. Conforme nos revela Peter Chapman, a companhia havia contratado John Clements e sua empresa de relações públicas para ajudar na sua campanha contra Arbenz. Clements possuía centenas de contatos influentes e acadêmicos da direita, para quem enviou um dossiê intitulado “Report on Guatemala”, rapidamente alterado para “Report on Central America”. O arquivo endossava a infiltração comunista e denunciava um suposto plano de Arbenz para invadir e conquistar o Canal do Panamá, o que exigia uma ação rápida e decisiva do governo norte-americano. Não demorou para que a CIA tomasse conhecimento deste dossiê e preparasse um plano de resposta (CHAPMAN, 2007, p. 129).

A United Fruit contava com o apoio total da imprensa à sua causa, não dando espaço para qualquer tentativa de argumentação que pudesse fazer a opinião pública duvidar do que estaria ocorrendo na Guatemala. Schlesinger e Kinzer nos revelam um fato que exemplifica brilhantemente o compromisso do jornalismo com a campanha de Bernays.

A campanha de Bernays estava começando a dar resultado na opinião pública dos EUA. Um professor e escritor norte-americano que visitou a Guatemala no verão de 1950 e descobriu virtudes nas reformas nacionais, Samuel Guy Inman, reclamou, ao retornar, que os Estados Unidos não estavam dando a devida atenção às conquistas da revolução guatemalteca. Inman, um professor de relações internacionais e, às vezes, conselheiro do Departamento de Estado, considerou alguns dos novos programas do país – segurança social, novas escolas e hospitais, o estabelecimento de sindicatos, imprensa e eleições livres – como importantes referências sociais, apesar dele possuir alguns desacordos com a política do governo. Ele protestou contra a má imagem que a Guatemala possuía nos Estados Unidos – a imagem que Bernays cultivava assiduamente – e especialmente contra as repetidas acusações norte-americanas de que os comunistas tinham se infiltrado no governo. No final de sua visita à Guatemala, Inman foi inesperadamente recebido pelo presidente da nação, Arévalo, que queria se pronunciar ao público estadunidense e reafirmar sua forte convicção anti-comunista.

No seu retorno à Nova York, Inman realizou uma entrevista coletiva para reportar o pronunciamento de Arévalo. Nele, Arévalo declarou a “total solidariedade” da Guatemala para com os Estados Unidos quanto à Guerra da Coreia – os Estados Unidos o haviam



acusado de apoiar os comunistas – e insistiu que seu governo não possuía e nem considerava possuir qualquer ligação política com a União Soviética. “Politicamente falando”, Arévalo afirmou, “a Guatemala não possui conexão alguma com qualquer potência extra-continental, seja européia ou asiática.” No caso de um conflito mundial, ele acrescentou enfaticamente, a Guatemala “possui uma e apenas uma fidelidade geográfica, política e militar” – aos Estados Unidos. Ele disse que a Guatemala estava tentando estabelecer um governo baseado nos princípios enunciados por Franklin Roosevelt. “O povo e o governo dos Estados Unidos,” ele concluiu, “podem se sentir satisfeitos com os esforços dos guatemaltecos.” A Associated Press ignorou totalmente o pronunciamento de Arévalo. A United Press International, a revista Newsweek e a International News Service fizeram breves notas sobre o fato. O New York Times deu uma maior cobertura, enquanto que o New York Herald Tribune comprometeu-se a publicar algo sobre isto, mas não acabou publicando nada (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 85).

O período no qual a Guatemala passou a conduzir suas reformas populares dificilmente poderia ter sido pior. Era neste momento que o Senador norte-americano Joseph McCarthy, amigo de John Clements, realizava sua campanha paranóica contra o comunismo, o chamado “Macartismo”. Suas ideias, porém, divergiam em parte com as do presidente Eisenhower; este parecia ser influenciado pelo irmão, especialista nas relações com a América Latina, que dizia que os Estados Unidos deviam competir com o comunismo pelo apoio dos mais pobres. O próprio presidente afirmaria que os EUA não iriam remover o comunismo da América Central se não fosse para “colocar as coisas nas mãos das pessoas que estão famintas”. Esta política desagradava tanto a McCarthy quanto a United Fruit (CHAPMAN, 2007, p. 130).

Evidentemente, a campanha publicitária foi muito bem sucedida com a opinião pública, mas não era sequer necessária nos níveis mais elevados do governo. O secretário de Estado dos Estados Unidos, John Foster Dulles, era um antigo parceiro da uma firma de advocacia da United Fruit em Nova York. Seu irmão, Allen Dulles, era o diretor da CIA e ex-membro da diretoria da própria companhia. Ed Withman, chefe das relações públicas internas da UFC, era casado com a secretária pessoal do presidente Eisenhower; Withman teria inclusive realizado um filme chamado “Why the Kremlin Hates Bananas”, que relacionava o destino da United Fruit com o destino do “mundo livre”. Em 1953, Eisenhower autoriza a CIA a derrubar Arbenz. (KOEPEL, 2008, p. 128).

A CIA, até então, não era utilizada para outras tarefas senão a obtenção de inteligência, mas o governo de Eisenhower decidiu dar mais liberdade de ação para a agência. A primeira tentativa, no Irã, havia sido bem sucedida, o que incentivou novas experiências. O plano, desta vez, seria treinar secretamente grupos militares e paramilitares sob a liderança de Carlos Castillo Armas; o coronel J. C. King foi designado para a tarefa, após ter organizado a operação no Irã. A “Operação PB Success” então teve início.

O primeiro passo tomado por King foi contatar os oficiais de direita e simpatizantes de Castillo Armas que estariam no Exército da Guatemala, e enviar armas da CIA para eles. O equipamento guatemalteco era bastante defasado. Quando soube o que ocorrera no Irã, Arbenz imaginou (corretamente) que seria o próximo, e tentou comprar novas armas, mas sem sucesso, da Dinamarca, México, Argentina e Suíça, até finalmente conseguir fazer um acordo e adquirir equipamento alemão da Segunda Guerra, proveniente da Tchecoslováquia. Isto se revelou, porém, um movimento equivocado do presidente, pois a CIA ficou sabendo do carregamento de armas provenientes da Europa Oriental ao país e revelaram o fato como uma prova contundente da relação da Guatemala com a União Soviética (KOEPPPEL, 2008, p. 129).

Castillo Armas era um antigo inimigo de Arbenz, já tendo realizado uma tentativa de golpe anteriormente e se encontrava exilado em Honduras. Enquanto o golpe era tramado, Castillo ficou hospedado em uma propriedade que a United Fruit tinha na fronteira de Honduras com a Guatemala, enquanto as tropas invasoras treinaram em Honduras e Nicarágua. A operação PB Success contou com ajuda financeira da UFC, que segundo Schlesinger e Kinzer, teria doado 64 mil dólares em dinheiro. O primeiro passo foi dado em março de 1953, quando duzentos insurgentes dominaram a cidade de Salama por pouco menos de um dia; após serem derrotados pelo Exército, foram para interrogatório e revelaram a participação da United Fruit no esquema, mas não da CIA (SCHLESINGER & KINZER, 1982, p. 103). A verdade é que as tropas militares eram muito mais preparadas do que os rebeldes; Dan Koeppel comenta o fato de um combate realizado entre trinta soldados contra 122 insurgentes, e apenas 28 destes sobreviveram. Sem força suficiente para derrubar Arbenz apenas com algumas centenas de guerrilheiros, e sem querer realizar uma invasão de escala total, a United Fruit e os Estados Unidos passaram a trabalhar novamente com a desinformação.

Rádios clandestinas transmitiam de Miami afirmando estarem, na verdade, no meio de conflitos nas florestas guatemaltecas que nunca ocorreram. Estas rádios e outros jornais, controlados pela United Fruit, informavam que milhares de cidadãos estavam aderindo à causa pela derrocada de Arbenz e que o presidente teria cometido suicídio (KOEPPPEL, 2008, p. 130). Os jornalistas norte-americanos não tinham permissão para cobrir o conflito, sendo mantidos em hotéis e recebendo as informações diretamente da UFC, muitas delas simplesmente inventadas, desde vitórias dos rebeldes a atrocidades cometidas pelo Exército.

As tropas de Castillo Armas tiveram de recuar pois era impossível vencerem, mas isto não foi exatamente um revés no golpe de estado. Este fato fez crescer o boato de que Eisenhower enviaria uma tropa de invasão completa para o país, ao mesmo tempo em que aviões da CIA realizaram breves bombardeios em bases militares e nas periferias da capital, para que fosse criado o clima de uma invasão. As rádios transmitiam que o Exército estava aderindo à causa dos rebeldes e que milhares e milhares de soldados estavam chegando de navio, quando na verdade eram poucas centenas. A manobra surtiu efeito, e tanto as Forças Armadas quanto o Presidente ficaram confusos e paralisados. Arbenz chegou a pedir que os militares abrissem seu arsenal para que os cidadãos se armassem, mas os comandantes, sem saber se o que ouviam era verdade ou boato, se recusaram (KOEPPPEL, 2008, p. 131). Quando a pequena força invasora da CIA desembarcou na Guatemala, praticamente não havia uma resistência mobilizada, e Arbenz acabou por renunciar em junho de 1954. Em seu último discurso à Nação, o presidente culpou a United Fruit Company pelos eventos que o derrubaram, mas com as transmissões sob o controle da CIA, poucas pessoas escutaram.

Ainda haveria a participação de uma personalidade emblemática antes da concretização do golpe. Che Guevara estava na Guatemala no momento e tentou organizar uma resistência. Suas declarações demonstram a apatia com que a população e o Exército reagiram à invasão, como explica Dan Koeppel:

Uma testemunha dos eventos era um ex-estudante de medicina de vinte e seis anos, chamado Che Guevara. O futuro revolucionário, morando na Guatemala no período, ficou consternado com o que viu. Quando “a invasão norte-americana começou”, ele lembra, “eu tentei formar um grupo de jovens homens como eu para lutar contra os aventureiros da United Fruit. Na Guatemala era necessário lutar mas quase ninguém lutou. Era necessário resistir e quase ninguém queria fazer isso”.<sup>13</sup> (KOEPPPEL, 2008, p. 131).

---

<sup>13</sup> One witness to the events was a twenty-six-years-old former medical student named Che Guevara. The future revolutionary, living in Guatemala at the time, was dismayed by what he saw. When “the U.S. invasion took place,” he recalled, “I tried to muster a group of young men like me to fight against the United Fruit adventurers.

Observa-se assim que a derrubada de Arbenz se deveu muito mais às manobras da United Fruit Company do que às forças militares norte-americanas. Os poucos soldados da CIA que desembarcaram, que alguns autores acreditam não serem mais do que duzentos, não poderiam nunca ter derrotado o Exército da Guatemala se este não tivesse sido completamente desnorteado pela propaganda ilusória da companhia. Além disso, a UFC era a administradora do telégrafo, da ferrovia e de outros elementos cruciais da infra-estrutura nacional, o que deixava as forças de Arbenz em grande desvantagem.

Durante o governo provisório e a presidência de Arévalo, a United Fruit conseguiu manter sua posição vantajosa, pois possuía maior capacidade de negociação. Ela era a companhia com mais empregados no país e controlava serviços essenciais, de forma que sua presença ainda se fazia necessária; não se podia imaginar que tipo de caos resultaria se ela encerrasse suas atividades na Guatemala. Apesar das reclamações da diretoria de que a empresa estava sendo perseguida, muito pouco havia mudado até a eleição de Jacobo Arbenz. O novo presidente era mais firme que o anterior, e o projeto de reforma agrária era algo que a UFC não toleraria, fazendo uso de seus contatos influentes. Políticos que tinham participação nas rendas da companhia a defendiam no Congresso e ela possuía aliados nos principais escalões do governo, ao mesmo tempo em que trazia toda a imprensa para o seu lado, auxiliando-a em desempenhar uma campanha publicitária mentirosa. De fato, não parece que a United Fruit tenha sido auxiliada pelo governo dos Estados Unidos e muito menos dependido dele; *La Frutera* esteve no controle de cada passo tomado para a realização do golpe. Não podemos esquecer também que Samuel Zemurray, antes mesmo de ser presidente da United Fruit, já havia sido o responsável pelo golpe de Estado em Honduras no início do século XX, o que demonstra que ele já possuía o conhecimento de diferentes métodos para depor o presidente Arbenz.

A verdade é que em momento algum a United Fruit Company sofreu alguma real ameaça à sua hegemonia. A situação estava sob controle durante o governo de Arévalo, e as propostas de Arbenz se limitavam a retirar as terras improdutivas, de forma que a companhia não perderia realmente capacidade de produção. Estas terras haviam sido abandonadas por terem sofrido com uma praga que atacava as bananas, o que significava que a UFC sequer precisaria se preocupar com produtores concorrentes. Porém, a empresa não iria admitir

---

In Guatemala it was necessary to fight but hardly anybody fought. It was necessary to resist and hardly anybody wanted to do that". (KOEPPPEL, 2008, p. 131).

alterações em um cenário que lhe era muito favorável e fez uso de seus aliados no governo norte-americano e na CIA para interromper as reformas que ocorriam no regime Arbenz, mas não necessariamente dependeu disto. E, mesmo que a operação não tivesse sido bem sucedida, a United Fruit não se resumia à Guatemala, também sendo extremamente forte nos outros países da América Central e na Colômbia.

## **CAPÍTULO 2**

### **A UNITED FRUIT COMPANY NA AMÉRICA DO SUL**

#### **2.1 A América do Sul e a Guerra dos Mil Dias**

Para agir na América do Sul, a United Fruit teve de se adaptar a uma nova realidade. Talvez não tão distante da encontrada na América Central, mas a região possuía suas peculiaridades culturais e históricas que não podiam ser ignoradas. Ao se aproximar do final do século XIX, alguns países sul-americanos estavam vivenciando uma situação turbulenta. Peru e Bolívia encontravam-se extremamente fragilizados nas décadas de 1860 e 1870, com conflitos políticos internos que provocaram um intenso revezamento de governos, ao mesmo tempo em que seu vizinho, o Chile, prosperava. A prosperidade chilena conduziria o país a uma política expansionista sobre as regiões da Patagônia e da Antofagasta, esta última na Bolívia, levando a um conflito entre os três países que ficou conhecido como Guerra do Pacífico. Esta guerra terminaria em 1883, poucos anos antes de Minor Keith fazer sua aparição no continente.

Ainda em 1860, a Guerra da Tríplice Aliança acabaria por arrasar o Paraguai e envolveria as potências sul-americanas, Brasil e Argentina, também aliadas ao Uruguai. Ao término dos dois maiores conflitos entre países sul-americanos, também se reduzia a ocorrência de conflitos menores, e tomava forma o mapa geopolítico definitivo da América do Sul, com a definição das extensões territoriais nacionais e das fronteiras. O continente começava a se tornar estável, com o fim da era colonial e a estruturação do aparato estatal, e passou a inserir-se no mercado internacional como grande exportador de matérias-primas (MOREIRA et alii, p. 107).

Devido à estabilidade e relativa prosperidade conquistada no continente sul-americano, os Estados Unidos tiveram de modificar sua política imperialista para a região. Se na América Central não havia maiores problemas em invadir países como Honduras e Nicarágua, instaurando governos fantoches, uma intervenção deste nível seria muito mais complicada se tratando da América do Sul. Dessa forma, os EUA adotaram uma hegemonia

“paternalista”, que consistia em grande parte de uma defesa dos interesses americanos frente ao assédio europeu. Um exemplo disto ocorreria em 1902, quando Grã-Bretanha, Alemanha e Itália enviam uma expedição naval para cobrar a dívida da Venezuela, e os Estados Unidos intervieram a favor dos venezuelanos, não tolerando o uso da força de potências estrangeiras na América.

Desde o fim da década de 1880 e prolongando-se para o início do século XX, diversas conferências foram realizadas, incentivadas pelos Estados Unidos, para que se concebesse uma maior integração política e econômica. Da mesma forma com que o governo norte-americano teve de agir de forma mais discreta e conciliadora na América do Sul, assim teve de fazer a United Fruit, que não mais lidaria com as ditaduras e instabilidades características da América Central.

A United Fruit Company chegou à Colômbia ainda antes do século XX, em 1899, sendo uma de suas primeiras empreitadas no território sul-americano após a fusão entre as companhias de Minor Keith e de Baker e Preston. Eles haviam aprendido rapidamente o segredo do sucesso do mercado de bananas: a popularidade da fruta era, em parte, dependente de sua uniformidade, de forma que não havia uma produção diversificada de espécies de banana. Como consequência, a presença de alguma praga na plantação (como a “praga do Panamá”) resultava na perda de fazendas inteiras. Isso implicava numa necessidade sempre constante da companhia de adquirir mais terras e cultivá-las com o menor custo possível; ou seja, com uma mão-de-obra de remuneração extremamente baixa (KOEPPPEL, 2007, p. 86). Já constatamos no capítulo anterior, referente à presença da UFC na Guatemala, como a empresa se valia de diversos artifícios para manter seu controle sobre a economia local, mas, mesmo assim, o caso da Colômbia não deixa de ser especial.

Minor Keith já possuía terras na Colômbia antes mesmo de sua empresa se fundir e criar a United Fruit. Após a fusão, a companhia adquiriu mais terras e conseguiu a concessão de administração da ferrovia local, que já existia, e que era muito importante para transportar com baixos custos as bananas de suas terras até o porto. Os produtores locais até tentaram, mas não conseguiram construir uma empresa de exportação de bananas eficiente; eles não possuíam o capital e a estrutura internacional necessária para atingir os maiores mercados consumidores, e a grande maioria das empresas criadas para este fim faliram. Foi com a United Fruit Company que a Colômbia conseguiu inserir-se definitivamente como uma exportadora da fruta. Primeiramente, ela teve que realizar acordos com os empreendedores

locais para que estes fornecessem a mercadoria e agiu como uma coordenadora das atividades dos diferentes produtores. A Colômbia foi um caso muito particular para a UFC, pois a companhia geralmente controlava todo o processo, desde a produção até a distribuição, e neste país grande parte do que ela exportava era proveniente dos fazendeiros locais. Na década de 1920, por exemplo, quase 50% da produção administrada pela United Fruit era proveniente de terceiros, e na década seguinte este número aumentou para 80%. Isto decorre do fato da multinacional ter conseguido formar um eficiente sistema contratual com os locais, que simplesmente forçava-os a vender toda a produção para ela, enquanto ela não tinha a obrigação de comprar tudo. O sistema também tinha a função de desencorajar a criação de novas empresas de exportação e imunizar a UFC de qualquer imprevisto que viesse a ocorrer (BUCHELI, 2005, p. 151).

A chegada da UFC no país ocorreu no mesmo ano do início da Guerra dos Mil Dias. Diferentemente dos outros países, a Colômbia já possuía relativa infra-estrutura de exportação, sendo um dos maiores exportadores de café do continente, e a banana não era tão significativa na economia nacional. Porém, os colombianos viviam em constante conflito político (que com frequência passava ao conflito armado) entre os partidos Liberal e Conservador. A Guerra dos Mil Dias foi a mais sangrenta das guerras civis colombianas, com mais de cem mil mortos após os quatro anos de conflitos. Em 1903, quando os Conservadores saíram vitoriosos, o país estava arrasado.

Os dois partidos discordavam, entre outras coisas, em três pontos cruciais. Enquanto os Conservadores desejavam um sistema político centralizado em Bogotá, com forte relacionamento com a Igreja e uma política econômica protecionista e intervencionista, os Liberais defendiam um Estado laico, federalista, e uma economia liberal. Ambos os grupos revezavam-se no poder e eram igualmente extremistas; o partido Conservador chega ao poder em 1885 e, anos depois, formula uma nova Constituição Nacional em que prevalecessem suas ideologias, tendo sido este o estopim para nova disputa que culminaria na Guerra dos Mil Dias em 1899. A economia colombiana totalmente arruinada, a perda do território do Panamá, a infra-estrutura do país destruída e um latente ódio entre os dois grupos foram os resultados do conflito.

Eleito o novo presidente em 1904, o General Rafael Reyes teve a difícil missão de reestruturar o país. Pensando em minimizar as chances de futuras novas batalhas civis, Reyes exerceu uma aproximação com os Liberais e convocou muitos destes para fazerem parte de



seu novo governo. Seu principal objetivo era desenvolver a economia da Colômbia, acreditando que esta era a chave para evitar conflitos internos, e suas ideias lhe renderam o apelido de “El Modernizador” (BUCHELI, 2005, p. 89). Seja por sorte, coincidência ou brilhante planejamento, a United Fruit Company foi uma das peças-chaves para a reestruturação do país.

As terras que a UFC possuía na Colômbia se encontravam na negligenciada região de Magdalena, no extremo norte do território, um local que muito pouco sofreu com a guerra. Como resultado, no início do século XX, a companhia de Keith e Preston era a única que estava realmente estruturada e com reais condições de investir em solo colombiano. O presidente Reyes também não via como poderia ocorrer investimentos no país que não fossem provenientes de empresas estrangeiras, e incentivou fortemente o investimento externo direto, através de isenções ou reduções fiscais, especialmente para a indústria de petróleo e de exportação de bananas. A United Fruit recebeu terras e incentivos fiscais para que criasse uma estrutura que permitisse alavancar a exportação de bananas da região de Magdalena, na tentativa de transformá-la em um dos carros-chefes do desenvolvimento econômico que Reyes planejava.

A política econômica do partido Conservador não se mostrou equivocada; nos quase trinta anos de governo do partido, a Colômbia usufruiu de um crescimento econômico sem precedentes, estimulado pela exportação das bananas de Magdalena e do café do restante do país, pelo nascimento da sua indústria manufatureira, créditos estrangeiros e IED (BUCHELI, 2006a, p. 7). Logo nos primeiros anos de governo, enquanto o resto do país ainda recolhia os escombros de sua guerra, a região de Magdalena já prosperava. A UFC construiu estradas, ferrovias e linhas telefônicas, além de atrair mão-de-obra de outras regiões e até de outros países com seus pequenos complexos habitacionais e alta demanda por trabalho. Mas, apesar de amigável, o governo de Reyes não era tão fragilizado e dependente quanto os que a United Fruit lidava na Guatemala e no resto da América Central, de forma que as vantagens fiscais e concessões de terras não eram tão generosas na Colômbia, o que implicou na necessidade de estreitar relações com os setores sociais da burguesia e outros produtores, para que seus interesses fossem garantidos.

A United Fruit possuía muitas terras na Colômbia mas, diferentemente de outros países onde atuava, mais da metade das frutas exportadas eram fornecidas por outros produtores. A maioria destes fazendeiros “independentes” estava satisfeita em ser fornecedor

da UFC, mas outros gostariam de comercializar por conta própria. Infelizmente para eles, devido aos contratos obtidos pela UFC, eles não tinham esta opção; *La Frutera* havia conseguido impedir que os fazendeiros vendessem suas mercadorias para outras companhias, mesmo aquelas que a UFC rejeitava. Mais do que isso, criou um complexo sistema legal que levava para cortes estrangeiras os produtores que exportassem bananas sem a permissão da United Fruit. A companhia também planejava o período de renovação dos contratos de forma que os fornecedores locais tivessem seus contratos expirados em tempos diferentes, dificultando a formação de uma empresa de exportação formada por uma união dos mesmos. Como resultado, até 1945 a United Fruit manteve o controle da principal atividade econômica de Magdalena, sem praticamente sofrer ameaças (BUCHELI, 2006a, p. 9).

Estes fatos novamente corroboram com as ideias de Gilpin (2001), já evidenciadas no capítulo anterior. Mais uma vez percebemos como a United Fruit usufruiu das imperfeições de mercado originadas pelo Estado e da fragilidade econômica para assumir uma posição hegemônica na região. Lembrando da teoria de Stephen Hymer *apud* Gilpin (2001), de que o objetivo da multinacional ao realizar seus investimentos no estrangeiro é adquirir o controle da produção, vimos que isto novamente ocorreu. A UFC conquistou o monopólio da indústria de exportação e tornou Magdalena uma grande produtora de bananas; esta estratégia também converge para as duas regras do capitalismo de monopólio de Hymer: primeiro a empresa ocupa países da periferia com economias frágeis e dependentes, explorando seus recursos, e depois assume o controle de sua produção e toma para si os lucros, mantendo a região ocupada no subdesenvolvimento e na dependência.

A região de Magdalena era historicamente uma das mais pobres do país. A reestruturação após a Guerra da virada do século trouxe um desenvolvimento nunca antes visto pelos moradores, mas isto não necessariamente fortaleceu o governo local. As medidas do General Rafael Reyes para incentivar o investimento da United Fruit e outras empresas na produção de bananas impediam que o governo local taxasse a exportação da fruta, mas havia muito pouco além disso para ser taxado, resultando em conflitos legais constantes entre a política local e o governo em Bogotá. Na década de 1920, auge da exportação de bananas, o governo de Magdalena ainda tentou criar impostos sobre a atividade, o que foi declarado inconstitucional pelo governo nacional e pela Suprema Corte. Os próprios produtores locais também eram contra a iniciativa de taxar a United Fruit, pois a companhia impunha, em seus contratos com fornecedores, uma cláusula estipulando que o aumento do custo devido a impostos fosse repassado aos fornecedores (BUCHELI, 2005, p. 92). Dessa forma, a UFC

conseguiu impedir que houvesse uma união entre governo e produtores locais, que poderiam exercer maior pressão durante negociações.

Na questão da United Fruit, então, a Colômbia se dividia. O governo local confrontava o governo central na tentativa de obter algum retorno financeiro sobre a exportação de bananas, o que lhe era negado devido à política do partido Conservador de incentivar o investimento estrangeiro. Os grandes proprietários de terra de Magdalena apoiavam a política de Bogotá, procurando defender os negócios que mantinham com a UFC, enquanto que os menores produtores enfrentavam um dilema, entre apoiar o governo local e buscar a independência em relação à United Fruit ou impedir que os impostos fossem repassados para eles. Porém, Bogotá enxergava o desenvolvimento econômico e o crescimento da qualidade de vida experienciados em Magdalena como razão suficiente para manter a proteção e a condição livre de impostos da empresa norte-americana.

Outro fator importante no que se refere ao comportamento do Estado é a sua relação com as classes dominantes do país. Quando procura investimento externo, o governo também tenta direcioná-lo da forma que venha a trazer o máximo de benefícios para o país e sua sociedade, em vez de priorizar os interesses da empresa que realiza o investimento, conforme o citado abaixo:

Sempre que poderosas forças de mercado (comércio, finanças e investimento) ultrapassam fronteiras e integram sociedades, **governos frequentemente restringem e canalizam suas atividades econômicas para que sirvam aos interesses de suas próprias sociedades e dos grupos poderosos dentro destas sociedades.** Sempre que a lógica do mercado for de concentrar as atividades econômicas para onde elas sejam mais eficientes e lucrativas, **a lógica do estado é de capturar e controlar o processo de crescimento econômico e acumulação de capital com o intuito de aumentar o poder e a economia da nação.**<sup>14</sup> (GILPIN, 2001, p. 81, grifos nossos).

O que se viu, porém, foi que os interesses defendidos não eram necessariamente os interesses da população, e tampouco favoreceram o poder, a economia e a liberdade dos países da região de Magdalena. Em países politicamente instáveis, controlados por oligarquias

---

<sup>14</sup> Whereas powerful market forces (trade, finance, and investment) jump political boundaries and integrate societies, governments frequently restrict and channel their economic activities to serve the interests of their own societies and of powerful groups within those societies. Whereas the logic of the market is to locate economic activities wherever they will be most efficient and profitable, the logic of the state is to capture and control the process of economic growth and capital accumulation in order to increase the power and economic of the nation. (GILPIN, 2001, p. 81).

latifundiárias que apóiam ditaduras, as preocupações com a sociedade, com a massa camponesa, costumam ficar em segundo plano, até mesmo em relação a empresas estrangeiras, mas a Colômbia era uma democracia. Podemos imaginar que o Estado optou por reduzir a independência econômica em troca de maiores possibilidades de crescimento. Talvez, esta teoria do comportamento do Estado não se aplique a países cujos governos e economias são ainda muito frágeis, ou simplesmente devemos também levar em consideração, neste caso, o perfil dos governantes. Edelberto Torres Rivas, como citamos no capítulo anterior, acredita que certos governantes tenham concedido enorme favorecimento para a United Fruit Company por simples amorismo, uma espécie de deslumbramento frente às possibilidades abertas pelo capital da companhia. Neste caso, a perda de independência econômica para a UFC teria se originado em um erro de avaliação, devido à ignorância de governos liberais que simplesmente seguiam a tendência de liberalização da época. Porém, é difícil avaliar as capacidades individuais dos governantes, e saber até que ponto isto é decisivo, e ainda mais difícil é julgar suas decisões sem termos experienciado a situação que os levaram a tomá-las e as outras opções que tinham em mãos.

A dependência dos locais em relação à United Fruit ia além desta ser a única capaz de exportar sua mercadoria. A companhia era a única fonte segura de crédito na região, e as condições de empréstimo incluíam, na maioria das vezes, o compromisso de reservar toda a produção para vender exclusivamente à UFC. Marcelo Bucheli (2006a) conta que o governo de Magdalena intercedeu em favor dos seus para que fossem abertas na região filiais do Banco Agrícola Hipotecário, federal, para que pudesse existir ao menos alguma competição no crédito. A desilusão foi grande, porém, quando se verificou que o banco estatal cobrava juros ainda maiores.

Enquanto os fazendeiros mais fortes estavam do lado da UFC, alguns grupos desejavam formar uma concorrência ao monopólio presente, e para isso eles requisitavam ajuda do governo central, pois o regional era politicamente fraco demais. Este auxílio, entretanto, era requisitado na forma de juros baixos; não havia interesse em que o próprio governo criasse uma estatal que competisse com a United Fruit, pois também acabaria competindo com os locais. Os representantes do partido Liberal protestavam contra o poder obtido pela multinacional e pressionavam pela taxaço da exportação, ao mesmo tempo em que buscavam maior participação da elite local no mercado de bananas (BUCHELI, 2006a, p. 16).

## 2.2 O massacre de Ciénaga e a retirada de Magdalena

O que mais marcou a presença da companhia na Colômbia foi a sua relação com os trabalhadores. O partido Conservador e a United Fruit eram aliados nesta questão, pois ambos eram contra os sindicatos e uniões trabalhistas, que o governo considerava como um sinal de ideologia comunista. Os trabalhadores da indústria da fruticultura e os do setor petrolífero são considerados os primeiros grupos realmente organizados como um “proletariado” na Colômbia, mas encontrariam muita dificuldade. A maioria dos empregados da UFC não era formalizada, pois esta valia-se de um sistema de subcontratos para lidar com a mão-de-obra. Basicamente, ela utilizava um agente colombiano (chamado de *ajustero*) que recrutava trabalhadores conforme o necessário, eximindo a multinacional de compromissos legais com os empregados. Estes trabalhadores chamaram a atenção de ativistas liberais e sociais, e aos poucos foram adquirindo confiança e organização o bastante para, aproximado-se da década de 1920, iniciarem suas primeiras greves (KOEPEL, 2007, p. 87).

Outra questão levantada é a demanda dos funcionários em serem pagos com dinheiro, e não com cupons da UFC. Depois da Guerra dos Mil Dias, o sistema monetário colombiano mergulhou no caos e muitas cidades do interior e lojas criavam a sua própria “moeda”. O pagamento em cupons da companhia era vantajoso para os trabalhadores, pois as lojas da United Fruit costumavam oferecer produtos por preços mais baixos que os outros comerciantes. Os próprios habitantes reconheciam que nas lojas da UFC podiam comprar produtos de maior qualidade por preços muito inferiores. Por que, então, os sindicatos demandavam o término do recebimento destes cupons? Acredita-se que o motivo seria a necessidade de conquistar o apoio dos pequenos comerciantes locais, pois sem eles o movimento não teria a força necessária para suas reivindicações (BUCHELI, 2005, p. 127). É claro que havia um lado negativo em receber em cupons, que era a limitação da liberdade de escolha dos empregados e enfraquecimento do comércio local.

Duas grandes greves ocorreram em 1918 e 1919 e, ao contrário do presenciado na Guatemala, tiveram êxito em algumas de suas demandas. Os grevistas exigiam redução da carga-horária para oito horas e aumento do salário, entre outras coisas, e a formalização dos contratos. *La Frutera* concedeu aos empregados as melhores condições de trabalho, mas não abriu mão do sistema de subcontratos, o que motivou uma integração maior entre seus empregados e outros trabalhadores do setor de exportação de bananas a criar uma organização

ainda maior. Esta organização promoveu uma nova greve em 1927, que novamente não obteve sucesso em conseguir a formalização de trabalho, mas serviu como experiência para a greve de 1928, a maior já vista pela United Fruit até então.

Infelizmente para a multinacional, o controle dos Conservadores no governo estava enfraquecido, e sua hegemonia de quase trinta anos estava perto do fim. O partido Liberal havia se fortalecido novamente, principalmente no interior, e a companhia não mais contava com o apoio governamental contra os sindicatos. Pelo contrário, a Assembléia Nacional havia ordenado uma investigação referente às aquisições de terra efetuadas pela United Fruit. Os trabalhadores sentiam que o governo lhes dava respaldo, o que os motivou e fortaleceu ainda mais (KOEPEL, 2007, p. 87).

Em novembro de 1928 iniciou-se a greve que superou qualquer previsão realizada pela companhia ou pelo governo. Os dados não são precisos; Marcelo Bucheli acredita que 25 mil trabalhadores participaram do protesto, enquanto Dan Koeppel afirma que o número se aproximou de 32 mil, mas de uma forma ou de outra, foi a maior greve já feita na Colômbia. Tamanha mobilização, porém, acabou se mostrando uma desvantagem. O movimento contava com discreto apoio do governo no início, pois suas demandas eram consideradas justas, mas quando Bogotá tomou conhecimento da quantidade de manifestantes, passou a temer que houvesse se formado um perigoso movimento revolucionário. Cauteloso, o governo envia o Exército para conter a multidão, enquanto que a United Fruit tenta se esquivar das negociações (BUCHELI, 2006a, p. 20).

Mais uma vez, o temor de uma revolução comunista motivou o governo a usar a força para repreender seus cidadãos. Na verdade, o tamanho da greve amedrontou até mesmo a United Fruit. As tropas governamentais ocuparam Magdalena, mas mesmo assim não havia a certeza de que a situação se normalizaria. Enquanto isso, nos Estados Unidos, a imprensa tratava de isentar a participação da companhia nos eventos, reproduzindo a declaração do porta-voz da empresa que atribuiu a motivação da greve não aos pedidos de melhoria de trabalho, mas sim a um “movimento subversivo” independente de qualquer grupo representativo de seus trabalhadores. O porta-voz ainda acrescentaria que “não foi recebida nenhuma reclamação de nossos funcionários”. O governo colombiano havia suspenso os direitos à realização de assembleias ou discursos como forma de reprimir o movimento, atitude exaltada nos EUA como uma forma de prevenir mortes.

A lei marcial foi decretada em 5 de dezembro, e no dia seguinte posta em prática. Os trabalhadores da indústria da banana haviam se reunido na praça da cidade de Ciénaga no dia 6, onde ouviriam o discurso do governador da região, e não para protestar. Era domingo, e os trabalhadores estavam acompanhados por suas famílias, pois o pronunciamento se daria após a missa na igreja. Enquanto isso, o general Cortés Vargas posicionava suas tropas e os preparava para enfrentar “uma multidão de rebeldes”. Quatro metralhadoras foram posicionadas nos telhados, em cada canto da praça, cercado-a, e o general Vargas dá a ordem. Os soldados iniciaram o massacre e a multidão, apertada no pequeno espaço, não conseguiu dispersar e muito menos fugir. O embaixador dos Estados Unidos na Colômbia, Jefferson Caffery, informa Washington sobre o resultado do ataque: “Eu tenho a honra de reportar, que o representante da United Fruit Company em Bogotá me contou ontem que o número total de grevistas mortos pelo exército colombiano supera mil vítimas” (KOEPPPEL, 2007, p. 88). Anos depois, na obra de Gabriel García Márquez intitulada “Cem Anos de Solidão”, o autor narra um ataque ocorrido a trabalhadores em uma vila fictícia em Magdalena, baseando-se nos fatos de 1928.

Muitos dos estudos sobre a greve de 1928 possuem uma visão marxista, afirmando que ela teria se iniciado pelo conflito entre os trabalhadores e o capitalismo, e que o massacre em Ciénaga teria acabado com o sindicalismo na região, reforçando a exploração da mão-de-obra. Marcelo Bucheli discorda; ele acredita que a greve se motivava pelo desejo de formalização do trabalho, e que os sindicatos teriam se reerguido poucos anos depois dos assassinatos. A eliminação do sistema de subcontratos era essencial para que a United Fruit obedecesse a legislação trabalhista da Colômbia e melhorasse a segurança no trabalho; enquanto a companhia possuía perto de trinta mil trabalhadores em atividade, apenas cinco mil destes contavam nos registros da empresa.

Assim, quando a União Sindical dos Trabalhadores de Magdalena (USTM) realizou suas demandas em 1928, o presidente da companhia argumentou que o sindicato não representava os empregados da United Fruit Company e, doravante, não havia qualquer razão para uma negociação entre as partes. A USTM apelou então para o Ministério do Trabalho e recebeu uma posição favorável, porém tímida, do governo, que confirmou serem legais as petições apresentadas e pediu para que a UFC negociasse. Os trabalhadores avisaram que, se a companhia não dialogasse, eles entrariam em greve no dia 10 de novembro; e assim fizeram.

Inicialmente, era difícil encarar o movimento como possuindo um caráter revolucionário. O comunista russo Arnold Lososky chegou a lamentar a falta de atitudes revolucionárias, e o governo colombiano, que já havia prendido por breve período alguns líderes do sindicalismo sob a acusação de práticas subversivas, não conseguia encontrar qualquer razão para enquadrar as demandas dos trabalhadores como comunismo. Para lidar com a greve, a United Fruit tentou contratar alguns “fura-greves”, o que tornou os grevistas mais ousados. Eles passaram a sabotar as plantações, destruindo as bananas que eram colhidas e bloqueando os trilhos de trens. Dessa vez, foi a UFC quem pediu intervenção do governo, apelando diretamente ao presidente Miguel Abadía Méndez, que temeu que a região de Magdalena mergulhasse no caos. As tropas de Cortés Vargas chegaram em pouco tempo, no dia 13 do mesmo mês, e eram mantidas sem nenhuma informação da situação ou contato com os manifestantes, para que não despertassem simpatia pela causa dos grevistas (BUCHELI, 2005, p. 129).

A greve, as sabotagens e as ocupações foram muito eficientes e deixaram as atividades da United Fruit completamente paralisadas na Colômbia, o que forçou a companhia a negociar. Concessões foram feitas por ambos os lados, e um acordo estava próximo, até que os membros da USTM perceberam que sua principal demanda, a formalização dos contratos de trabalho, não seria atendida. *La Frutera* só aceitaria assinar um acordo com uma comissão do governo, e não com a USTM, pois isso representaria um reconhecimento formal da relação trabalhista, e a USTM exigia que o acordo fosse assinado entre as duas partes envolvidas, retrocedendo então as negociações. Nesse ponto, os trabalhadores perderam o apoio do governo local, que já demonstrava impaciência com a situação e queria convencer os grevistas a aceitarem um aumento salarial em troca da remoção da formalização da lista de demandas.

A situação havia se invertido novamente, e agora era a United Fruit quem contava com a ajuda do governador regional. A empresa retomou a atividade contratando novos trabalhadores e agindo sob a proteção dos militares para impedir sabotagens. A USTM pediu uma audiência com o governador, que prometeu encontrá-los na cidade de Ciénaga, mas que nunca chegou a comparecer. Segundo Marcelo Bucheli, os trabalhadores presentes se revoltaram com a notícia de que nem o governador e nem um representante da UFC iriam aparecer, e iniciou-se um tumulto. As tropas do general Vargas cercaram os manifestantes e ordenaram que eles se dispersassem até as onze horas daquela noite, mas eles se recusaram; à meia-noite, os soldados abriram fogo (BUCHELI, 2005, p. 132).



Após o massacre, a USTM foi rapidamente extinta pelo governo, e a lei marcial prosseguiu, impedindo a formação de novos sindicatos. Entretanto, em 1930 os Liberais retomam o poder e ali permaneceram por doze anos, realizando mudanças no código de trabalho nacional e facilitando a união dos trabalhadores. Mesmo assim, o governo Liberal de Magdalena ainda apoiava a United Fruit, o que só se alterou em 1934, com a chegada de Alfonso López Pumajero à presidência do país. O novo presidente apoiava as agremiações trabalhistas e logo no seu primeiro ano de governo ocorreu mais uma greve contra a United Fruit; López pessoalmente interveio e forçou a UFC a negociar, finalmente formalizando sua relação com os empregados e aceitando a maioria das demandas apresentadas em 1928. De caráter conciliador, Alfonso López conseguiu se aproximar dos trabalhadores sem levantar suspeitas sobre uma possível aproximação com o comunismo; seu governo não enfrentou forte oposição dos Conservadores e nem mesmo da própria United Fruit, que cedeu à nova legislação de trabalho. Marcelo Bucheli destaca a participação de López nas mudanças no país:

(...), o resultado da greve de 1934 demonstra como o ambiente institucional estava mudando na Colômbia. Com os Liberais no poder, a United Fruit não podia contar com a incondicional repressão governamental sobre as demandas trabalhistas. Antes de López, a legislação de trabalho era virtualmente ignorada no interior do país, e ele queria mudar isso. A greve de 1934 facilitou seu programa pró-trabalhador. Sob o novo aparato legal criado por López, os trabalhadores finalmente puderam formalizar sua relação com a United Fruit pacificamente e se tornar reais empregados da companhia.<sup>15</sup> (BUCHELI, 2005, p. 135)

Ocorreriam eventos na década de 1940, porém, aos quais a United Fruit não poderia se adaptar. Primeiramente, uma nova praga, chamada *Sigatoka*, atacou as plantações de banana, sendo necessária uma união entre governo e UFC para enfrentá-la. O combate à *Sigatoka* teve que ser interrompido com o início da II Guerra Mundial; com a diminuição do mercado comprador de bananas, a United Fruit se viu forçada a diminuir sua produção e isto era mais fácil de ser feito na Colômbia, pois àquela altura praticamente 90% do que a multinacional exportava do país era proveniente de fornecedores locais. *La Frutera* fez valer uma cláusula

---

<sup>15</sup> (...), the outcome of the 1934 strike shows how the institutional environment in Colombia was changing. With the Liberals in power, United Fruit could not count on unconditional government repression of labor demands. Before López, the labor legislation was virtually ignored in the countryside, and he wanted to change this. The 1934 strike facilitated his prolabor program. Under the new legal framework created by López, the workers finally could formalize their relationship with United Fruit peacefully and become actual employees of the company. (BUCHELI, 2005, p. 135)

de seus contratos que permitia o cancelamento súbito destes no caso de uma guerra internacional e, de uma só vez, todos os produtores locais se viram livres da United Fruit (mas, devido à condição do cenário mundial, sem mais ninguém para quem vender bananas). Aqueles que puderam diversificaram, suas plantações, enquanto os outros tiveram de se manter de forma precária; estes, no entanto, foram os primeiros a se beneficiar quando a II Guerra acabou. A reconstrução pós-guerra representou uma nova oportunidade e os fazendeiros de Magdalena, mais experientes e sem a interferência da UFC, começaram a se organizar e formar suas próprias empresas de exportação.

Quando a United Fruit voltou à Colômbia em 1947, resolveu abandonar sua política predatória. Sem se incomodar muito com as novas empresas colombianas, ela procurou seu espaço contratando e incentivando novos fornecedores dispostos a trabalharem para ela. A estratégia deu resultado e, oito anos depois, a multinacional era responsável por pouco menos da metade de toda a fruta exportada; um bom resultado dadas as circunstâncias, mas pouco comparado ao seu desempenho na América Central, onde exportava 90% das bananas produzidas na região durante o mesmo período (BUCHELI, 2005, p. 161). Os sindicatos de Magdalena estavam muito mais ativos e a companhia decidiu, gradualmente, vender suas terras e depender mais dos produtores locais, até que, em 1960, ela havia se retirado totalmente. Isso coincidiu com novos empreendimentos na região de Urabá, na província de Antioquia, muito mais desenvolvida economicamente e politicamente.

Em Urabá, a United Fruit estendeu sua política de terceirização de Magdalena e não iniciou produção própria, oferecendo crédito fácil para empreendedores que quisessem iniciar uma plantação e se tornar fornecedores. Estes empreendedores possuíam um perfil diferente dos de Magdalena, pois não eram experientes na área, sendo investidores da indústria manufatureira de Medellín, capital de Antioquia, e mais influentes do que os de Magdalena. A iniciativa obteve muito sucesso e nos anos seguintes a região se desenvolveu rapidamente, até que em 1968, ao renovar seus contratos, a UFC decidiu que pagaria apenas a metade do que o habitual; contando com o fato de ser a única empresa na região capaz de realizar a exportação das frutas, acreditou que os fornecedores acabariam cedendo. Porém, por terem boas relações com o governo, os empreendedores locais conseguiram rapidamente subsídios e créditos para criarem sua própria companhia de exportação. A nova companhia não era capaz de rivalizar com a United Fruit, mas a forçou a colaborar com os produtores. (BUCHELI, 2006a, p. 32).

Em 1965, a United Fruit, motivada pelo sucesso em Urabá, se retirou totalmente dos negócios em Magdalena. Os locais tinham capacidade para seguir com a exportação de bananas por conta própria, como já haviam demonstrado no imediato pós-guerra, mas a atividade não durou por muito mais tempo. A UFC e outras das principais produtoras estavam mudando a variedade de banana cultivada para uma resistente à praga do Panamá e intempéries climáticas e mais rentável, baixando os preços da fruta no mercado e deixando para trás os fazendeiros de Magdalena. Vendo a necessidade de também aderir à nova variedade, estes fazendeiros apelaram por auxílio ao governo central e por uma permissão para importar as novas sementes, o que lhes foi negado. O governo se baseava em laudos que afirmavam que o solo de Magdalena não era propício para o plantio da nova variedade; sem outra alternativa, os produtores importaram as sementes ilegalmente, mas quando a alteração do cultivo estava apenas começando um furacão atingiu a região e destruiu quase metade das plantações. Em 1967, o governo nacional promoveu um programa de incentivos fiscais para importação e exportação, e os produtores de Magdalena e Urabá pediram para serem incluídos, mas apenas o segundo grupo foi aceito. Para Marcelo Bucheli, a razão disto foi o fraco poder político de Magdalena em relação à forte influência da região de Antioquia perante o governo central. Outros dois furacões atingiriam a região, fazendo com que a Consorcio, última empresa colombiana ali remanescente, fosse à falência.

O interessante ao se analisar o caso da United Fruit na Colômbia é reparar na capacidade de adaptação às diferentes realidades nacionais. Na Guatemala, o governo ditatorial oprimia a classe trabalhadora e permitia a exploração deles por parte da companhia, que rapidamente se tornou a maior empregadora de mão-de-obra do país. Na Colômbia, porém, por mais devastado que o país estivesse, ainda vivia-se em uma democracia, e os governantes possuíam obrigações com seus eleitores. Além disso, o território colombiano era mais estruturado e os grupos sindicais eram mais fortes e organizados. Por isso, enxergamos uma nova metodologia de exploração; o sistema de subcontratos, que não oficializava os funcionários e eximia a multinacional de obrigações trabalhistas.

Não por acaso a UFC se instalou em uma das regiões mais pobres e politicamente fracas da Colômbia; verificamos que a fragilidade do governo local foi fundamental no insucesso na implementação de impostos para a atividade da empresa. Mais uma vez, seu maior trunfo foi o bom relacionamento com grupo dominante, o partido Conservador em Bogotá. Além do receio deste com relação ao crescimento do comunismo dentro dos sindicatos, o que levava-o a apoiar a UFC em certas ocasiões, o desenvolvimento econômico

presenciado em Magdalena parecia motivo o suficiente para evitar alterações neste cenário. Porém, na Colômbia a United Fruit não possuía poder o bastante para influir no governo central, de forma que ela teve que se adaptar quando o partido Liberal chegou ao poder na década de 1930, e atendeu às demandas dos trabalhadores.

É inegável que a repressão governamental estava desproporcionalmente a favor da United Fruit de forma que a United Fruit sentiu-se com poder para ignorar as demandas dos trabalhadores. Entretanto, se levarmos em consideração a existência de um sistema democrático na Colômbia naquele período, veremos que a United Fruit pagou um preço por sua atitude. Quando os Liberais chegaram ao poder, especialmente durante a administração de López, estava claro que o governo não iria proteger incondicionalmente os interesses da companhia. Os Liberais se alinharam com os trabalhadores e apoiaram suas demandas quando eles entraram em greve em 1934. A United Fruit pouco podia fazer para mudar ou desafiar isto. A atitude quieta e pacífica com a qual a United Fruit aceitou a decisão do governo é uma evidência clara de que a companhia tinha de se adaptar às mudanças do período.<sup>16</sup> (BUCHELI, 2005, p. 136)

É difícil comparar a situação da Guatemala com a da Colômbia, um país cujo território é mais de dez vezes maior, tornando impossível para a United Fruit exercer um controle parecido com o que possuía na América Central. Mas condições na Guatemala e em Magdalena tinham suas semelhanças. O governo do país centro-americano era repressor, porém instável, enquanto que o governo local de Magdalena era politicamente fraco, e *La Frutera* soube como explorar esta fragilidade; ambos os locais dependiam da United Fruit para o desenvolvimento econômico e acabaram ficando à mercê de sua estrutura, apesar de que os empreendedores colombianos conseguiram desenvolver uma maior autonomia após décadas de exploração. Não se viu, também, um papel de grande relevância dos Estados Unidos nos momentos de maior dificuldade da United Fruit. Na situação mais crítica que a companhia enfrentou, a greve de dezenas de milhares de trabalhadores em 1928, o governo norte-americano apenas acompanhou o desenrolar dos eventos. É possível que tenha exercido pressão através de sua embaixada para que Bogotá pusesse um fim ao problema, mas afirmar isto seria especulação de nossa parte. O general Cortés Vargas teria afirmado que os militares temiam uma invasão norte-americana, mas o fato é que foram tropas colombianas que

---

<sup>16</sup> It is undeniable that the government repression was disproportionately in favor of United Fruit so that United Fruit felt it had the power to ignore worker's demands. However, if we take into account the existence of a democratic system in Colombia in those times, we find that United Fruit paid a price for its attitude. When the Liberals came to power, especially during López's administration, it was clear the government was not unconditionally going to protect the company's interests. The Liberals sided with the workers and endorsed their demands when the workers went on strike in 1934. United Fruit could do little to change or challenge this. The quiet and peaceful way the United Fruit accepted the government decision is clear evidence that the company had to adapt to the changing times. (BUCHELI, 2005, p. 136).

puxaram o gatilho. Foram os soldados da Colômbia que atiraram contra seus próprios compatriotas, em defesa dos interesses da United Fruit Company.

### **2.3 Equador: A primeira derrota**

As atividades da United Fruit a compeliavam a buscar sempre novas terras. Pragas e doenças atingiam suas plantações, ou intempéries climáticas podiam interromper a produção em regiões inteiras, e o custo com a mão-de-obra aumentava em alguns países à medida que os trabalhadores se organizavam. Esta busca levou a companhia a acompanhar de perto o Equador no final da década de 1920; havia muitas terras até então livres das principais pragas que atacavam as bananeiras, e as organizações trabalhistas eram bastante atrasadas em relação às da Colômbia, e até mesmo às da América Central. Mas o que mais chamou a atenção foi o colapso da produção de cacau, resultando em terras disponíveis e mão-de-obra ociosa em grande escala. Como o cacau era o principal produto nacional até então, as elites e o Estado estavam à procura de investimentos em nova cadeia produtiva, e o país nunca tivera uma experiência lidando com multinacionais do plantio da banana, fazendo o ambiente muito propício para a penetração no país (STRIFFLER, 2002, p. 33).

A diversidade étnica do Equador revela uma estrutura social não muito diferente da verificada em outros países como, por exemplo, a Guatemala. Índios e mestiços correspondem à grande maioria da população, cerca de 10% dela é representada por brancos, enquanto que negros e mulatos são minoria. A população branca é quem detém, em termos gerais, o poder político e econômico, sendo descendentes de colonos espanhóis em sua maioria, mas também de outros europeus e de norte-americanos. Os índios, por sua vez, constituem o grupo social mais pobre e marginalizado. Grande parte dos equatorianos vive no campo, onde produzem, entre outros, a cana-de-açúcar, o café, o cacau e, é claro, a banana.

Após uma guerra civil que durou um ano, o líder do grupo liberal, o general Eloy Alfaro, assume a presidência do país em 1895, e se legitima após eleição em 1897. Alfaro estabeleceu o Estado laico e construiu a ferrovia que leva à costa do Pacífico, e os liberais mantiveram-se no poder até 1925, quando ocorre um golpe militar. O período de 1931 a 1944

foi de grande instabilidade política; governos efêmeros se revezavam e, nestes treze anos, dezoito trocas de governantes ocorreram e três constituições diferentes foram elaboradas. Foi neste cenário turbulento, de mudanças drásticas em curto espaço de tempo, que a United Fruit chegou ao Equador.

Em 1922 os efeitos da crise do cacau estavam atingindo seu auge, e o governo sentiu que a solução poderia passar pelo investimento estrangeiro. Novas leis foram criadas para incentivar a exportação de frutas, concedendo, por exemplo, permissão para a construção de ferrovias e toda a infra-estrutura necessária para que as multinacionais tornassem realidade sua indústria agro-exportadora e nenhum limite para a aquisição de terras. Além disso, aqueles que exportassem bananas, especificamente, seriam isentos de impostos pelos primeiros dois anos e depois pagariam impostos bastante reduzidos. O Estado equatoriano foi crucial para a entrada da United Fruit; ele estava muito fragilizado na década de 1930, dividido, e debatia em torno de determinados interesses financeiros a cima de outros (STRIFFLER, 2002, p. 39).

Apenas em 1934 a United Fruit chegou efetivamente ao país, adquirindo a fazenda *Tenguel*, na gravemente subdesenvolvida região sul da costa equatoriana, iniciando uma estratégia de duas etapas principais. A primeira etapa era a construção de infra-estrutura, portos e ferrovias, a consolidação do cultivo da banana no centro da propriedade e o recrutamento de milhares de trabalhadores. A segunda etapa, porém, causaria polêmica: ela consistia em expandir as fronteiras da propriedade; os limites não eram bem definidos, e muitos camponeses viviam dentro da propriedade da UFC e outras fazendas. A expansão para terras ao redor da fazenda *Tenguel* era essencial para a manutenção das atividades da companhia, pois quando a praga do Panamá atingisse suas plantações no centro da propriedade, seria preciso recomêçá-las nos arredores, onde a doença ainda não se fizesse presente. Esta tarefa se mostrou mais difícil após um evento imprevisto, porém não de todo surpreendente, que ocorreu no mesmo ano da chegada da companhia (STRIFFLER, 2003, p. 171).

Vivendo um período politicamente tumultuado, a massa popular conseguiu espaço para finalmente colocar na presidência alguém que a representasse: Velasco Ibarra. Seu discurso populista fortaleceu os trabalhadores e os sindicatos passaram a melhorar sua organização, e a experiência da United Fruit na Colômbia ensinou à companhia que alguns conflitos são melhores evitados do que combatidos. Mudando de estratégia, a UFC preferiu

deixar com o Estado a resolução de algumas divergências com trabalhadores e camponeses, e abandonou algumas de suas práticas coercitivas. O resultado disto não seria exatamente o esperado. O suporte e o tratamento dado aos trabalhadores da UFC no Equador foram efetivos em atrair e controlar milhares de empregados durante vários anos, mas, ao relutar em utilizar a força para lidar com camponeses, a posição da empresa fragilizou-se; o Estado não se fazia presente no interior das matas, e a companhia acabou tendo muitos problemas para lidar com os moradores da região. Logo após sua instalação na fazenda *Tenguel*, por exemplo, os moradores da região de Mollepongo entraram em conflito com a UFC (STRIFFLER, 2003, p. 174).

Estes camponeses afirmavam ter o direito a parte das terras da fazenda Mollepongo, que faz divisa com a propriedade da United Fruit, mas a empresa afirmava que eles estavam ocupando a propriedade da empresa por engano. A dificuldade em delimitar as fronteiras torna muito difícil descobrir quem estava certo, mas foi a United Fruit quem conseguiu a decisão favorável nos tribunais equatorianos. A decisão não foi aceita pelos camponeses, que decidiram recorrer a outras esferas do poder público, demonstrando surpreendente habilidade de articulação política. Em tempos de crise, o país estava bastante dividido entre aqueles que viam na United Fruit e outras multinacionais a chance para o desenvolvimento econômico, e aqueles que acreditavam ser um problema deixar a indústria agro-exportadora nas mãos estrangeiras, preferindo que fossem realizados incentivos para produtores locais. Os moradores de Mollepongo acabaram por conseguir o apoio deste segundo grupo, que estava presente no Ministério do Bem-Estar Social. Foram necessários alguns anos, mas os camponeses conseguiram se estabelecer como uma *comuna* (basicamente, uma organização social como um vilarejo ou vila, em pequena escala, tendo direito a posse de terra onde moram) e este ministério abre nova investigação sobre o caso.

Novos laudos foram realizados, alguns beneficiando os camponeses e outros a United Fruit, e o Ministério não chegou a tomar uma decisão definitiva sobre a questão. Esta foi mais uma das consequências da confusão na qual se encontrava o Estado equatoriano; a comunicação entre ministérios e governos regionais era falha, decisões importantes eram deixadas de lado e esquecidas, e na zona rural os governos locais não possuíam estrutura. A United Fruit, aparentemente, cometeu um erro quando deixou a cargo dos oficiais do governo a resolução deste conflito, pois estes eram incapazes de ajudá-la. A UFC apelou diretamente para o presidente, em determinado momento, que concordou em fazer valer a decisão judicial

e emitiu uma ordem para que os moradores de Mollepongo fossem retirados, mas a ordem nunca chegou ao seu destino.

Ao mesmo tempo, os camponeses em conflito valiam-se desta desorganização do aparato estatal em seu favor. A região em disputa pertencia à província de Guayas, onde *La Frutera* possuía aliados, mas ninguém podia ter muita certeza da localização destas terras, e eles conseguiram convencer o governo provincial de que aquele território pertencia à província vizinha, Azuay. Os governantes de Azuay também foram convencidos, sem muito esforço, de que aquelas terras pertenciam à província, e por não possuírem um efetivo de segurança razoável, teriam apoiado o exercício do controle de Mollepongo pelos próprios camponeses. Eles passaram a patrulhar o território e expulsar trabalhadores da multinacional que ali adentrassem. A United Fruit, então, decidiu recuar; a terra em disputa não ultrapassava três mil hectares e não era parte importante de sua produção, sendo uma região de pouco interesse para a empresa (STRIFFLER, 2002, p. 78).

A empresa prosperou e, na década de 1950, era a maior produtora do Equador. Mas neste mesmo período começou a enfrentar um inimigo que não conseguia vencer: a praga do Panamá. A doença atingia as bananeiras e era letal, e a companhia destruía plantações inteiras para impedir que ela se espalhasse, mas o esforço era em vão. Como consequência, a UFC tinha de seguir abandonando os territórios cultivados e buscando novos. A companhia fugiu da praga em direção ao leste, mas lá estavam os moradores de Mollepongo, e ela desviou pelo sul, na região coincidentemente chamada de Brasil. Os camponeses desta região, porém, souberam do sucesso dos vizinhos de Mollepongo e adotaram táticas semelhantes, sendo bem-sucedidos e forçando a UFC a buscar novo rumo, pelo nordeste, em direção à região de Shumiral.

A região era, ironicamente, habitada pelos ex-funcionários da United Fruit. A praga do Panamá reduziu drasticamente a produção da companhia e, conseqüentemente, sua necessidade por trabalhadores, forçando a demissão em massa. Sem lugar para ir, eles acabaram se acomodando em Shumiral, o primeiro caso claro de invasão à propriedade da empresa no país. Da mesma forma que os moradores de Mollepongo e Brasil, os novos habitantes de Shumiral buscaram apoio do governo, mas desta vez sem sucesso; afinal, não havia nenhuma base legal para seus argumentos, não havia como contestar a posse das terras.

Para lidar com a invasão, a multinacional não cometeria o mesmo erro de confiar nas autoridades equatorianas; ela resolveria pelos seus próprios meios, e enviou sua força policial



particular. Isso não surtiu efeito, pois os moradores podiam ser expulsos ou presos, mas eventualmente retornavam. A UFC então decide usá-los a seu favor, e oferece contratos em que cada morador receberia dez hectares de terra para plantar bananas e vendê-las para a companhia durante cinco anos. A maioria dos ex-funcionários acabou aceitando, mas aqueles que rejeitaram a proposta iniciaram um confronto de sabotagem e destruição entre eles e os contratados. A disputa contra a United Fruit continuava, e se fortalecia a medida que a companhia ia abandonando seus contratados, até que obteve-se um resultado inesperado. *La frutera*, vendo-se cercada por seus ex-funcionários, a praga do Panamá, grupos militantes e um Estado ausente, decidiu desistir de Shumiral. Em 1960, a companhia vende dois mil e quinhentos hectares para os ex-funcionários a preços extremamente baixos (STRIFFLER, 2003, p. 183).

Com tantas dificuldades, era uma questão de tempo para que a United Fruit deixasse o Equador. A situação tornou-se derradeiramente insuportável em 1962, com a revolta dos seus próprios trabalhadores. A empresa mantinha seus funcionários sob um controle muito rígido, como de costume, mas havia adotado uma prática diferente no Equador, uma atitude paternalista. Milhares de trabalhadores foram atraídos pelo relativamente bom salário, infraestrutura com casas e hospital e outras facilidades, em troca apenas de seu compromisso com a companhia. A própria UFC havia organizado um sindicato para seus trabalhadores; uma forma de manter o movimento sob controle e de afastar influências de outras organizações.

Mas a doença do Panamá, mais uma vez, teria consequências além das plantações. Com grande parte da produção arruinada, não havia trabalho para ser realizado, e milhares de trabalhadores acabaram despedidos. Entretanto, não foi este o real problema; os funcionários compreendiam os motivos de suas demissões. Os problemas surgiram quando a United Fruit também exigiu que os empregados deixassem as casas em que viviam, pois eram de propriedade da empresa, mas eles não tinham para onde ir. Os trabalhadores desejavam realizar um cultivo de subsistência nas terras abandonadas e não viam razão em sair de suas casas, pois a companhia não as utilizaria. Além disso, deixando os funcionários lá, a empresa poderia tentar retornar quando a praga houvesse sumido ou com uma espécie de fruta que fosse resistente. Assim, os trabalhadores tomaram o controle do sindicato e resistiram à expulsão, na esperança que a empresa acabasse por vender novamente a terra ao Estado equatoriano ou aos seus ex-empregados. Porém, a United Fruit vendeu uma parte (muito pequena, é verdade) das terras para produtores nacionais, que pagavam menos e davam piores

condições aos seus funcionários, e os moradores da fazenda *Tenguel* temiam que isto se tornasse uma tendência.

Os problemas se agravaram quando os novos proprietários começaram a intimidar os trabalhadores e tentar desunir o sindicato. Mas as ameaças apenas incentivavam mais pessoas a aderirem ao sindicato que, agora, era uma cooperativa. A transformação da organização em cooperativa tinha como objetivo demonstrar para as autoridades que os trabalhadores tinham condições de administrar as terras da fazenda *Tenguel*, e assim conquistar apoio, o que seria essencial para os eventos que se seguiriam em 1962 (STRIFFLER, 2002, p. 99). Neste ano, os produtores nacionais que haviam adquirido parte das terras das UFC informaram que, se os moradores não se retirassem, seriam expulsos à força. Frente a esta ameaça, os membros da cooperativa invadiram a fazenda e tomaram o controle. A ocupação durou um ano, sendo reprimida pelas tropas equatorianas em 1963, mas já era tarde; vendo que nada mais podia esperar no Equador, a United Fruit Company deixou o país.

O que muitos consideravam impossível, aconteceu. A United Fruit foi derrotada por uma organização de trabalhadores, não antes de também ter obtido insucesso ao lidar com simples camponeses da região. Se em 1934, quando a empresa adquire as terras da fazenda *Tenguel*, o Equador encontrava-se economicamente frágil, com um governo dividido e trabalhadores desestruturados, o que impediu a UFC de conseguir o mesmo sucesso obtido na Colômbia, Guatemala e outros países? Podemos supor que isto decorreu de um conjunto de fatores.

Primeiro, devemos considerar a instabilidade política do país, que permitiu a ascensão de um governo populista. Apesar deste governo não ser contrário à United Fruit, havia setores do governo que o eram, e o momento foi propício para o fortalecimento de sindicatos, *comunas* e outras organizações de trabalhadores. Na Colômbia, existia uma democracia relativamente estável e, na Guatemala, uma ditadura de longa tradição, o que permitia a criação de um relacionamento estável entre a multinacional e a classe governante. O segundo fator foi a decisão da companhia de confiar no Estado para resolver os conflitos, sendo que a sua estrutura era muito precária; ter o apoio do governo pouco significava, pois ele não se fazia presente nas áreas mais afastadas, além de ser desorganizado e confuso. A Colômbia após a Guerra dos Mil Dias também estava fragilizada, mas o governo central apoiava a United Fruit e era mais forte que o poder regional de Magdalena, e os moradores não tinham a capacidade de contradizer Bogotá. Ao mesmo tempo, na Guatemala, o governo opressor

impediu o crescimento de uma oposição à multinacional, até 1944. Em outras palavras, o governo do Equador não era eficiente em garantir sequer os direitos legítimos da United Fruit. O terceiro fator foi a implacável praga do Panamá, que arruinou a produção, provocou demissões em massa e foi um dos principais motivos para a sua saída do país.

#### **2.4 O fim de *El Pulpo***

O caso no Equador foi apenas um de uma série de fatos que forçaram a United Fruit a se reformular. O sucesso no golpe de 1954 na Guatemala, possivelmente a mais emblemática vitória da United Fruit, teve consequências muito negativas para o futuro da empresa. Após a derrubada de Arbenz, a CIA passou a investigar o país atrás de provas de uma relação entre a Guatemala e a União Soviética, que demonstrasse a iminência de uma revolução comunista no país. Mas nada relevante foi encontrado. Ao mesmo tempo, para a revolta da multinacional, estava tramitando uma ação no Departamento de Justiça dos Estados Unidos contra a atividade monopolística da UFC.

Não era a primeira vez que o Departamento de Justiça norte-americano criava esse tipo de problema para a empresa. A multinacional sempre conseguia desviar a atenção e engavetar as ações contra ela, mas desta vez não foi capaz. O governo norte-americano estava desconfiando que a política da empresa estivesse fomentando os movimentos subversivos. Na Colômbia, no Equador e na Guatemala os trabalhadores se organizavam para lutar justamente contra a United Fruit, e eram apenas alguns dos casos. Em Cuba, pouco tempo depois da ascensão de Fidel Castro, ele realiza um discurso em Guantánamo onde não deixa de mencionar a UFC como um grave problema social (CHAPMAN, 2007, p. 152).

A situação para a United Fruit ficou, de repente, muito complicada. Os Estados Unidos não queriam que a companhia continuasse atrapalhando sua política externa para o continente, e frente a esta questão, ela não poderia despender total atenção para outros problemas que ocorriam nas suas sedes no Equador, Colômbia e Costa Rica. O presidente da Costa Rica, desejando promover reformas sociais, taxou a companhia em 60% dos seus lucros; o fato da companhia ter aquiescido sem muita objeção demonstra o quão envolvida ela

estava com a questão judicial. Washington acaba por emitir uma resolução, a qual determina que os ativos da UFC na Guatemala fossem gradualmente distribuídos entre seus concorrentes. A Standard Fruit Company, sua principal concorrente, ficou com a maioria.

Somando-se a isso, os negócios da companhia iam muito mal. O mercado estagnou, mas os custos de produção aumentavam drasticamente. As pragas e intempéries climáticas destruíam as plantações e a UFC gastava cada vez mais com inseticidas e fertilizantes. Iniciou-se então uma tentativa de diversificar a produção, procurando petróleo e metais nas suas terras, mas sem sucesso. Enquanto isso, a revolução cubana, liderada por Castro e Che Guevara, agiria contra a United Fruit, destruindo e ocupando sua propriedade, e perseguindo seus diretores na ilha. O prejuízo da empresa atingiu dezenas de milhões de dólares. Em 1961, quando a CIA realiza a invasão à Baía dos Porcos, a UFC emprestou seus barcos para transportar as tropas; infelizmente para ela, a operação não foi bem sucedida.

*La Frutera* ainda tentava dar a volta por cima, e passou a investir no ainda pouco explorado mercado de *branding*. Basicamente, a United Fruit colocava sua marca em seus cachos para diferenciá-los dos outros, e por algum tempo isto gerou resultados. Mas não seria o suficiente. A companhia só ganhou fôlego quando o empresário Eli Black adquiriu grande quantidade de ações e passou a comandá-la (CHAPMAN, 2007, p. 171). Em 1970, a United Fruit Company se fundiu com a AMK Corporation e formaram a United Brands, grande conglomerado do ramo de comidas, sob o comando de Eli Black. A United Brands adotou uma nova política, reconhecendo as mudanças no cenário internacional. O nacionalismo crescia na América Latina e, enquanto a multinacional possuísse grandes terras nos países estrangeiros, seria vista como uma ameaça. Assim, a nova empresa se desfez de suas posses, doando ou vendendo-as aos governos ou produtores locais. A nova estratégia se basearia no contrato de fornecedores locais, o que reduziria os lucros, mas também reduzia os riscos com pragas e calamidades, que não seriam mais passados à companhia.

A crise do petróleo e a mudança na política externa norte-americana para o continente também foram decisivas para a necessidade de reestruturação da companhia. A crise forçou os governos da América Central a requisitar maiores rendas, e naturalmente se voltaram para a United Fruit (agora United Brands), que recebia por diversos serviços e pouco pagava. Quanto à política externa estadunidense, pode-se dizer que, durante a Guerra Fria, o Comunismo teve uma função dupla na relação da empresa com o governo e com os trabalhadores: por um lado, as organizações de trabalhadores eram reprimidas e os governos se preocupavam em manter-

se ao lado dos Estados Unidos. Por outro lado, era conhecido o fato que a pobreza podia incentivar o comunismo, e após a revolução cubana os EUA passaram a incentivar programas de reforma agrária na América Central e o desenvolvimento da população de baixa renda. Como nos conta Bucheli:

Com o objetivo de controlar a onda revolucionária, o governo dos EUA encorajou os governos latino-americanos a seguir algumas reformas sociais beneficiando a classe trabalhadora, algo que foi feito na forma de novos códigos trabalhistas e na criação de uma legislação de reforma agrária em muitos países. O mundo estava mudando de uma forma que a United Fruit considerava ser melhor vender gradualmente parte de suas propriedades produtivas antes que elas se tornassem alvo de uma nacionalização econômica.<sup>17</sup> (BUCHELI, 2006b, p. 6).

A afirmação de Bucheli condiz com o estudo de Thomas Carothers (1991), para quem o governo dos Estados Unidos, após a Segunda Guerra, só passou a dedicar espaço na agenda das suas relações internacionais à América Central quando se intensificou a ameaça comunista. Em especial, a prolongada Revolução Sandinista fez os EUA temerem uma possível expansão do movimento, o que levou o governo norte-americano a tomar medidas que pudessem melhorar a situação tanto da economia quanto das Forças Armadas dos países na região, como Honduras, Costa Rica e Guatemala (CAROTHERS, 1991).

Em 1974, sentindo que não recebiam um retorno justo pela exportação de bananas, os governos da Costa Rica, Guatemala, Honduras, Panamá e Colômbia decidiram criar a União dos Países Exportadores de Bananas (UPEB), com o objetivo de aumentar os impostos sobre as multinacionais do ramo e ter maior controle de preços e estoques. A United Brands e as outras companhias protestaram, interrompendo ou diminuindo as exportações de alguns destes países. O resultado disso foi uma resposta mais dura dos governantes, iniciando a chamada “Guerra das Bananas”. Executivos das multinacionais eram acusados por crimes contra o Estado e perseguidos pela polícia, ao mesmo tempo em que trabalhadores faziam greve em apoio à criação da UPEB. Do outro lado, as companhias faziam boicotes e destruíam mercadoria destinada à exportação. Em Honduras, o governo revidou realizando a maior reforma agrária da história do país, expropriando terras da Standard Fruit e cedendo-as a dezenas de milhares de famílias. Por fim, a United Brands acabaria cedendo e a UPEB sendo

---

<sup>17</sup> In order to control the revolutionary tide, the US government encouraged the Latin American governments to follow some social reforms benefiting the working class, something that translated in new labor codes and the creation of agrarian reform legislation in most countries. The world was changing in a way United Fruit considered that it was better to gradually sell some of its production properties before they would become target of economic nationalism. (BUCHELI, 2006b, p. 6).

concretizada. Porém, a pressão foi demasiada para o presidente do conglomerado, Eri Black, que se suicidou em 1975; após sua morte, vieram à tona diversos casos de suborno pagos por Black em troca de algumas reduções fiscais e outras vantagens (BUCHELI, 2006b, p. 30). A United Brands retomou suas atividades na Colômbia e na América Central, mas sem o mesmo poder de antes, *El Pulpo* não existia mais. A empresa existe até hoje, mas como parte da Chiquita Brands, cujo *website* ostenta orgulhosamente o seu compromisso social e ambiental.

## CONCLUSÃO

Nesta análise da trajetória da United Fruit Company nestes três países, Guatemala, Colômbia e Equador, é possível observar que os diferentes perfis destas nações demandaram diferentes estratégias para a companhia, gerando diferentes resultados. Na Guatemala, via-se um país muito carente de infra-estrutura, governado por uma ditadura opressora e vivendo sob a sombra dos Estados Unidos, seu principal parceiro comercial; a Colômbia, mais desenvolvida e com um território dez vezes maior que o da Guatemala, sai fragilizada de uma intensa guerra civil mas que consolida a democracia no país; o Equador, por sua vez, possuía um governo instável, confuso e ineficiente, e uma economia em crise.

Nosso principal objetivo era definir as fontes do poder desta empresa; se era seu capital, sua influência política, o apoio do governo dos Estados Unidos ou uma combinação destes e outros fatores. Acreditamos tê-lo atingido. Verificamos que a United Fruit fazia-se valer principalmente de seu poder econômico, primeiro para penetrar no país, e depois para manter-se em posição favorável em sua relação com os locais e com o governo. Sua influência política também mostrou-se ser uma arma poderosa, mas sua eficiência variava quando utilizada em diferentes países, e não podemos desassociá-la de seu poder econômico.

A Guatemala apresentou o caso em que a companhia utilizou de forma mais eficiente toda a sua capacidade. O primeiro passo foi dominar a infra-estrutura nacional através das possibilidades abertas pelo seu capital. A United Fruit era a melhor opção, se não a única, que o país tinha para completar a sua ferrovia, um projeto crucial para a economia guatemalteca. O bom relacionamento com os ditadores Manuel Estrada Cabrera e Jorge Ubico garantiu diversas concessões e, em pouco tempo, a multinacional controlava a estrutura da Guatemala. Ela administrava o transporte, o telégrafo, o principal porto guatemalteco e a exportação das mercadorias; seus navios eram responsáveis pelo serviço postal, e ela era a maior proprietária de terras e a maior consumidora de mão-de-obra do país. A United Fruit Company era o centro incontestável da economia da Guatemala e o país passou a depender do capital da empresa. Esta foi a razão pela qual a companhia manteve-se no controle quando perdeu o apoio político em 1944. Mesmo sem contar com aliados no governo, os trabalhadores e o

Estado pouco podiam fazer contra a UFC, pois o poder de barganha dela, derivado de seu poder econômico, era maior.

Era evidente que, apesar de estar em vantagem, a situação na metade do século XX não era a melhor possível para a United Fruit. Pela primeira vez a companhia teve que enfrentar sindicatos organizados de frente, sem o apoio do aparato estatal. Porém, estes sindicatos encontravam dificuldades para unir forças e isto os fragilizava, e a United Fruit se aproveitou de sua condição como centro da economia nacional para impor seus termos frente ao governo e trabalhadores. Mesmo conseguindo controlar a situação e subjugar os sindicatos, a UFC percebeu que os problemas se tornariam maiores quando surgiu a ameaça de suas terras serem afetadas por uma reforma agrária. Sendo assim, ela faz uso de seus contatos influentes no governo dos Estados Unidos e da CIA para pôr fim ao governo democrático da Guatemala.

Esta parte de nosso estudo foi essencial para verificarmos a validade de nossa hipótese, de que a United Fruit não dependia do apoio dos Estados Unidos para impor seus interesses no estrangeiro. Afinal, o fato dos EUA terem invadido a Guatemala no momento de necessidade da UFC não seria prova do contrário? Antes de afirmarmos isso, é preciso lembrar que esta foi a primeira intervenção direta das forças norte-americanas, em auxílio à United Fruit, no país, em 55 anos de atividade da multinacional no mesmo. Como poderia a UFC ser dependente do apoio dos EUA e ao mesmo tempo manter sua posição hegemônica por mais de meio século sem a participação de Washington? Além disso, a própria natureza da participação estadunidense deve ser levada em consideração. A quantidade de agentes enviados para a Guatemala não seria suficiente para tomar o controle do país, se não fosse a estratégia de desinformação da United Fruit. A própria invasão também só ocorreu devido à manipulação da opinião pública orquestrada pela companhia, e pela influência de seus aliados dentro da estrutura do governo.

No período da Guerra Fria, não havia espaço na agenda da política externa norte-americana para os interesses exclusivos da United Fruit. O mais importante para Washington era manter sua hegemonia no continente e afastar a influência comunista, tanto que, anos após o golpe de 1954, o governo norte-americano passou a acreditar que a UFC estava colaborando negativamente para isto. Adaptada à conjuntura internacional, a companhia tratou de transformar o seu interesse, a derrubada de Arbenz, em um interesse dos Estados Unidos, fazendo o governo acreditar que o comunismo havia se infiltrado na Guatemala. Assim, a



“Operação PB Success” foi realizada para defender os interesses norte-americanos, e não os da United Fruit, apesar de acabar por fazê-lo. Por fim, levantando o fato de que os EUA não interviram a favor da empresa quando ela enfrentou problemas na Colômbia e no Equador, e de que os momentos de maior necessidade surgiram após mais de sessenta anos de existência da UFC, acreditamos ter comprovado nossa hipótese de que a United Fruit Company não dependeu de apoio dos Estados Unidos para consolidar e manter sua posição dominante durante vários anos.

O governo dos Estados Unidos, para as atividades da companhia, era menos importante do que o governo dos países onde ela se instalava; nesta questão, a companhia era à favor de regimes ditatoriais, que ela argumentava serem mais propícios ao desenvolvimento. Certamente, a democracia não era conveniente para a United Fruit Company. Lidar com ditadores era simples, pois eles não se importavam com os métodos da companhia e tampouco viam problema em ceder a maior parte das terras do país a estrangeiros, desde que isso lhes trouxesse uma renda regular e estabilidade política. A UFC tinha o capital para fornecer a estes governantes a infra-estrutura e os serviços que eles queriam e, dessa forma, sua expansão pela América Latina foi fácil e rápida.

A United Fruit se tornava mais forte em países com alta instabilidade social e regimes autoritários. Além da Guatemala, podemos citar Honduras, Cuba, Haiti e Nicarágua. Era mais fácil conseguir o apoio de regimes autoritários, que reprimiram as organizações de trabalho e só precisavam agradar às forças armadas (estas, muitas vezes, infiltradas pelos Estados Unidos) e às elites latifundiárias, onde a UFC encontrava aliados. De acordo com Marcelo Bucheli (2006b), a aliança entre ditadores e a multinacional não era natural; o governo auxiliava a companhia apenas enquanto ela era capaz de trazer ao ditador recursos e estabilidade. Nas palavras do autor, “ditadores da direita tendiam a se aliar com os latifundiários locais e à companhia estrangeira contra os trabalhadores apenas enquanto as operações da multinacional traziam uma renda regular ao país”<sup>18</sup> (Bucheli, 2006b, p. 5); ou seja, desde que a companhia mantivesse um ritmo de exportações (mesmo que ela lucrasse com isto e com os serviços a ela concedidos muito mais do que o país onde atuava) o governo autoritário iria se aliar contra os próprios cidadãos. Este argumento de Bucheli reforça nossa conclusão de que a capacidade econômica da United Fruit era o seu maior trunfo.

---

<sup>18</sup> “Right-wing dictators tended to ally with the local landowners and the foreign corporation against the labor force as long as the multinational’s operations provided the country a steady income” (Bucheli, 2006b, p. 5)

Comprova-se, ao verificar-se a estratégia da multinacional na Guatemala, que seu capital era a principal fonte do seu poder, e isso pode ser verificado também ao transferir-se a análise para a América do Sul. Na Colômbia, a necessidade do país em se reestruturar após a Guerra dos Mil Dias transformou o novo governo em aliado da UFC. Com seus investimentos em infra-estrutura e sua capacidade única em questões logísticas, a companhia foi responsável pelo rápido desenvolvimento de Magdalena, uma das regiões mais pobres do país, o que conquistou o apoio de Bogotá. O governo local podia não ser favorável às vantagens concedidas à United Fruit, mas os resultados econômicos eram suficientes para que o governo central os mantivesse.

Isto leva a outra questão levantada no início deste trabalho. Nota-se que, com a capacidade de seu capital, a companhia conquistava o apoio estatal; mas ela necessitava deste apoio? Concluímos, ao compararmos os acontecimentos no Equador com os da Guatemala, que este apoio não era tão importante quanto a capacidade deste governo em fazer valer as suas leis. Na Guatemala, onde podemos considerar como bem-sucedida a presença da United Fruit, durante 45 anos a companhia contou com o apoio do governo e prosperou; porém, durante dez anos a UFC teve de lidar com um governo que era seu adversário, e mesmo assim manteve a sua posição. Ao mesmo tempo, no Equador, a companhia também era apoiada pelo governo central, mas teve que se retirar, derrotada por organizações de simples camponeses.

Primeiramente, o governo democrático da Guatemala, entre 1944 e 1954, respeitava os direitos da United Fruit e buscou combatê-la dentro da legalidade. Um exemplo disto foi uma greve realizada ainda no início do governo de Arévalo, em que o governo interviu pelo final da greve, pois esta não estava respeitando a (então atrasada) legislação nacional. Arévalo pressionou, mas não forçou a United Fruit a reformular novos contratos e a realizar concessões, seja por não querer fazê-lo ou por não conseguir fazê-lo. O governo do Equador, por outro lado, não conseguia fazer valer suas decisões. O Estado era ausente na zona rural e, mesmo sendo favorável à UFC, não era capaz de auxiliá-la. Quando o próprio presidente equatoriano emite uma ordem para a remoção dos camponeses que estariam, supostamente, invadindo terras da companhia, a ordem sequer chegou até Mollepongo, nunca sendo cumprida.

Com este trabalho, esperamos não só ter contribuído para uma melhor compreensão da trajetória do desenvolvimento do continente latino-americano, mas também ter realizado uma abordagem concreta sobre as relações entre governo, trabalhadores e multinacionais. É

importante lembrar que, apesar da United Fruit Company não fazer parte da história brasileira, diversas multinacionais chegam ao Brasil atraídas por incentivos especiais e são parte muito importante da economia nacional, e nem todas de forma positiva. Um exemplo disto está no interior do Ceará, onde outras empresas estrangeiras gigantes da fruticultura, como a Del Monte Fresh Fruits e Fyffes, realizam o cultivo de bananas e abacaxis. Estas empresas estão sendo acusadas de poluir, com seus agrotóxicos, a água destinada para os moradores da região; de invadir terras da União; e de usurpar o sistema de irrigação construído pelo governo para lotes familiares. A realidade da United Fruit Company, que demonstramos neste estudo, pode não ser tão distante quanto parece.

## REFERÊNCIAS

- BATRES, Alejandra. The Experience of the Guatemalan United Fruit Company Workers, 1944-1954: Why Did They Fail?. **Texas Papers on Latin America, Paper No. 95-01**. Austin: University of Texas, 1995.
- BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina v. 9**. Barcelona: Editora Crítica, 1992.
- BUCHELI, Marcelo. **Bananas and Business: The United Fruit Company in Colombia, 1899-2000**. Nova York: New York University Press, 2005.
- BUCHELI, Marcelo. **Confronting the Octopus: United Fruit, Standard Oil, and the Colombian State in the Twentieth-Century**. Artigo apresentado na Conferência Internacional de História Econômica de Helsinki, 2006a.
- BUCHELI, Marcelo. **Good dictator, bad dictator: United Fruit Company and Economic Nationalism in Central America in the Twentieth Century**. Champaign: Universidade de Illinois, 2006b.
- BUCHELI, Marcelo. The United Fruit Company in Latin America: Business Strategies in a Changing Environment. In JONES, Geoffrey; WADHWANI, R. Daniel. **Entrepreneurship and Global Capitalism v 2**. Cheltenham (UK): Edward Elgar. 2006. pp. 342–383.
- BUCHELI, Marcelo. United Fruit Company in Latin America. In MOBERG, Mark; STRIFFLER, Steve. **Banana Wars: Power, Production, and History in the Americas**. Durham: Duke University Press, 2003.
- CARBALLO, José Luis Veja. Costa Rica: conjunturas, classes sociais e Estado em sua história recente. Brasília, **América Latina: História de Meio Século**. v. 3, p. 13. Editora Universidade de Brasília, 1990.
- CAROTHERS, Thomas. **In the Name of Democracy – US Policy Toward Latin América in the Reagan Years**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1991.
- CHAPMAN, Peter. **Bananas: How the United Fruit Company Shaped the World**. Nova York: Canongate Books Ltd, 2007.

CINTRA, Luiz Antonio. O Polígono da Exclusão. **Carta Capital**. São Paulo: 2010, Setembro, 8: p 26 – 29.

DOSAL, Paul J. **Doing Business with the Dictators: A Political History of United Fruit in Guatemala, 1899-1944**. Oxford: Editora SR Books, 2005.

DOYLE, Kate. **The Guatemalan Militay: What the U.S. Files Reveal**. Cidade da Guatemala: 2000. In <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB32/index.html>

DOYLE, Kate; KORNBLUH, Peter. CIA and Assassinations: The Guatemala 1954 Documents. In <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB4/index.html>

FORSTER, Cindy. “The Macondo of Guatemala”: Banana Workers and National Revolutions in Tiquisate, 1944-1954. In MOBERG, Mark; STRIFFLER, Steve. **Banana Wars: Power, Production, and History in the Americas**. Durham: Duke University Press, 2003.

GILPIN, Robert. **The Political Economy of International Relations**. Princeton: Princeton University Press, 1987.

GILPIN, Robert. **Global Political Economy: understanding the international economic order**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GRAY, Alexander. Factors Constraining Development in Central America: the case of the United Fruit Company. **History Studies Journal**: University of Limerick. Novembro 2000.

JULIEN, Claude. **O Império Americano**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970.

KINZER, Stephen; SCHLESINGER, Stephen. **Bitter Fruit: The Untold Story of the American Coup in Guatemala**. Nova York: Editora Doubleday, 1982.

KOEPPEL, Dan. **Banana: The fate of the Fruit That Changed the World**. Nova York: Hudson Street Press, 2007.

LANDMEIER, Phillip. **Banana Republic: The United Fruit Company**. 1997. In [http://www.mayaparadise.com/united\\_fruit\\_company.htm](http://www.mayaparadise.com/united_fruit_company.htm).

MOREIRA, Luiz Felipe Viel; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz Reis da. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

PORTOCARRERO, Amaru Barahona. Breve estudo sobre a história contemporânea da Nicarágua. Brasília, **América Latina: História de Meio Século**. v. 3, p. 239. Editora Universidade de Brasília, 1990.

RIVAS, Edelberto Torres. Guatemala: meio Século de História Política. Brasília, **América Latina: História de Meio Século**. v. 4, p. 13. Editora Universidade de Brasília, 1990.

SHAFFER, Robert. The 1954 Coup in Guatemala and the Teaching of U.S. Foreign Relations. **Passport Journal 35**: p 5-13. Dezembro 2004.

STANLEY, Diane K. **For the Record: The United Fruit Company's Sixty-six Years in Guatemala**. Cidade da Guatemala: Editorial Antigua, 1994.

STRIFFLER, Steve. **In the Shadows of State and Capital: The United Fruit Company, Popular Struggle, and Agrarian Restructuring in Ecuador, 1900-1995**. Durham, N.C.; London: Duke Univ. Press, 2002.

STRIFFLER, Steve. The Logic of the Enclave: United Fruit, Popular Struggle, and Capitalist Transformation in Ecuador. In MOBERG, Mark; STRIFFLER, Steve. **Banana Wars: Power, Production, and History in the Americas**. Durham: Duke University Press, 2003.

WALTZ, Kenneth Neal. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.

ZINN, Howard. **A People's History of the United States**. Nova York: Harper & Row Publishers, 1980.